
Ânima Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ânima Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ânima Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ânima Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ânima Holding S.A. e da Ânima Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

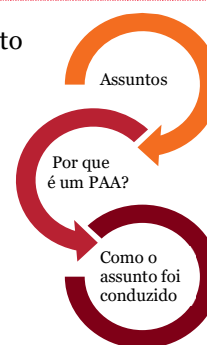
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ânima Holding S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria refletem a evolução dos negócios e mantiveram-se alinhados àqueles do exercício anterior para os principais componentes das demonstrações financeiras.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas em créditos (Nota explicativa 7)

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas em créditos, no montante de R\$ 186.124 mil (consolidado), representa 32,9% do saldo de contas a receber nesta mesma data.

A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância do valor das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2020 e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que tem como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (*aging list*).

Realizamos testes, em base amostrais, de conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como, recalculamos, com base nas premissas da administração, estimativa para perdas ao final do exercício social.

Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período. Essas análises levaram em conta ainda os efeitos sobre a evasão de alunos e a inadimplência resultantes dos efeitos econômicos da pandemia do Covid-19.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para perdas sobre critérios de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível de vida útil indefinida e definida (Nota explicativa 15)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida pertencentes a unidades geradoras de caixa de seu segmento de ensino para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano; e ativo de marca com vida útil definida pertencente a unidade geradora de caixa de seu segmento de outros negócios com indicador de impairment. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam R\$ 1.011.939 mil (consolidado), sendo R\$ 816.060 mil registrados como ágio e R\$ 195.879 mil referentes a licenças. O ativo de marca também decorre de combinação de negócio realizada e totaliza R\$ 20.931 mil (consolidado).

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados e fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Avaliamos a definição pela administração das unidades geradoras de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa ou de receita (conforme aplicável), bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções (taxa de crescimento de número de alunos, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos a análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações.

Obtivemos ainda o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do Covid-19 impactaram a performance dos negócios e os seus eventuais reflexos nas projeções.



Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 22)

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para selecionadas causas mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas, sobretudo as de natureza tributária. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

Contratos de arrendamento (Nota explicativa 14)

Na condução de seus negócios, a Companhia utiliza ativos de terceiros cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento os quais, segundo o pronunciamento contábil de arrendamento (IFRS 16/CPC (R2)), resultam no registro contábil de um passivo de arrendamento e de um correspondente direito de uso do ativo.

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) a avaliação dos procedimentos e critérios adotados pela administração no levantamento dos contratos de arrendamento, visando segregá-los entre os que contêm elementos de arrendamento e os que correspondem a uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos

Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nos montantes de R\$ 666.579 mil e R\$ 608.708 mil, respectivamente, os quais envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos).</p>	<p>aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos que se encontram no escopo das isenções previstas no pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases).</p> <p>Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, nossos procedimentos compreenderam: (i) avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos prazos contratuais, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa incremental de desconto utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) recálculo, em bases amostrais, de contratos selecionados, para verificar o valor do passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso reconhecidos; (iv) leitura e entendimento das divulgações em notas explicativas.</p> <p>Avaliamos também a aplicação do expediente prático previsto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) relativamente às concessões de benefícios em contratos de arrendamento que ocorrerem como consequência da pandemia do Covid-19.</p> <p>Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações



Ânima Holding S.A.

financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto



Ânima Holding S.A.

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais



Ânima Holding S.A.

relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2019.

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia entende que é útil para os usuários das demonstrações financeiras apresentar o resultados de suas operações considerando-se determinados ajustes e reclassificações de caráter gerencial. Visando a clareza e transparência para com o leitor do Relatório da Administração, apresentamos no Anexo I deste relatório a reconciliação dessas informações de caráter gerencial com aquelas constantes das demonstrações financeiras.

Sobre a Ânima

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas do País, tanto em termos de receita, como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade.

Encerramos o ano de 2020 com uma base de 119,4 mil alunos, 5,6% a mais em relação ao ano anterior, reforçado pelas aquisições do ano.

Temos mais de 17 anos de experiência no setor de ensino superior brasileiro, contando com uma rede de:

- doze Centros Universitários: (i) dois em Belo Horizonte/MG (Una e UniBH); (ii) um em Bom Despacho/MG (Una); (iii) um em Betim/MG (Una); (iv) um em Uberlândia/MG (Una); (v) dois em Curitiba/PR (Unisociesc e Unicuritiba); (vi) um em Joinville/SC (Unisociesc); (vii) um em Blumenau/SC (Unisociesc); (viii) um em Santos/SP (São Judas – Campus Unimonte); (ix) um em Paripiranga/BA (Ages); e (x) um em Guanambi (Unifg).
- a Universidade São Judas Tadeu (São Judas) na cidade de São Paulo, Estado de São

Paulo e campus fora de sede na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo;

- outras Faculdades, nas cidades de (i) Conselheiro Lafaiete; Contagem, Divinópolis, Pouso Alegre, Itabira, Sete Lagoas e Vespasiano (localizadas no Estado de Minas Gerais); (ii) Itumbiara, Catalão, Jataí (localizadas no Estado de Goiás); (iii) Balneário Camboriú, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul (localizadas no Estado de Santa Catarina); (iv) Lagarto (localizada no Estado do Sergipe); (v) Tucano, Jacobina e Senhor do Bonfim (localizadas no Estado da Bahia).

A Ânima realizou a aquisição de dois dos nossos competidores em 2019 (UNIAGES e UNICURITIBA) e uma opção de compra de manutenção (UNISUL): UNIAGES, Universidade localizada na Bahia, e com 5.600 estudantes; UNICURITIBA, Universidade localizada no estado do Paraná, com cerca de 5.200 alunos; e UNISUL, Universidade com ensino presencial e à distância localizada em Santa Catarina e com aproximadamente 19.000 estudantes. Dando sequência à nossa estratégia de expansão, concluímos em maio e em julho de 2020, respectivamente, duas importantes aquisições: FASEH, Faculdade da Saúde e Ecologia Humana localizada em Minas Gerais; e UniFG, Centro Universitário na Bahia. Também, em novembro de 2020, adquirimos a MEDROOM, empresa de base tecnológica (startup) líder no Brasil no desenvolvimento de soluções em tecnologias imersivas (Realidade Virtual – RV e Realidade Aumentada - RA) para educação médica.

Adicionalmente, a Companhia sagrou-se vencedora no processo competitivo para a aquisição dos negócios educacionais brasileiros do Grupo Laureate. Os contratos definitivos foram assinados em 30 de outubro de 2020 com o Grupo Laureate e a transação está sujeita às aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Com a aquisição, nós iremos expandir a presença em mercados que correspondem atualmente a 75% do total de matrículas no ensino superior brasileiro.

Estas aquisições refletem a estratégia da Companhia, alinhando o driver estratégico para medicina.

A INSPIRALI, nossa vertical de Medicina, responsável pela integração, gestão e desenvolvimento de nossas escolas médicas, e que tem ganhado cada vez mais relevância em nossos resultados, segue sua trajetória de crescimento. No ano de 2020 contamos com 6 cursos de Medicina autorizados e em funcionamento, dos quais 3 foram autorizados no programa Mais Médicos e se encontram em fase de amadurecimento com perspectiva de futura expansão de vagas; e outros 3 que tiveram aumentos de vagas autorizados em 2016 e 2017, observando ainda, portanto, um período de maturação. Assim, encerramos 2020 com uma base de 2.424 alunos matriculados, em cursos localizados em geografias privilegiadas. Vale lembrar que, quando da aprovação da transação com a Laureate pelo CADE, nossa base de alunos de Medicina das companhias combinadas terá um potencial de chegar, na maturidade, a 2.260 vagas e 16.236 alunos. A perspectiva de crescimento da representatividade desse segmento em nossos resultados, consideradas suas margens maiores do que dos demais cursos e a forte demanda e resiliência do perfil de alunos, nos coloca em uma posição de destaque em relação a uma futura evolução de margem.

Nosso portfólio inclui também a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Fundada há mais 35 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company e a plataforma digital do HSM Experience. Além disso, ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. Criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização à distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Contamos também com a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), uma marca da Ânima lançada no final de 2016 para oferecer ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão.

Desde 2018, está em nosso portfólio a Le Cordon Bleu São Paulo. Formada a partir de uma joint venture com a Le Cordon Bleu Paris, a Ânima trouxe para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a principal rede de escolas de culinária e hospitalidade do mundo, com 35 institutos em 20 países. A Le Cordon Bleu Paris combina inovação e criatividade com tradição através de seus certificados e diplomas.

Mensagem da Administração

O ano de 2020 desafiou a humanidade em níveis nunca previstos ou imaginados pela nossa geração. Tivemos que aprender rapidamente a viver de uma forma diferente, colocando as pessoas e os cuidados com a saúde no centro das atenções dos Governos, das empresas e da sociedade. O choque de mudança de comportamento imposto pela pandemia da Covid-19 nos testou em nossas habilidades sociais, emocionais e de adaptabilidade tecnológica, mas também nos trouxe a oportunidade de entender as relações humanas de uma forma diferenciada e de valorizar aquilo que nos aproxima e nos dá suporte para continuar escrevendo nossa história.

Como uma empresa de educação, feita por pessoas e para pessoas, a Ânima Educação viveu um ano também muito marcante, em que todos os nossos 8 Princípios fizeram a diferença e nos colocaram em uma posição de ainda mais destaque, especialmente dentro do segmento educacional. Em meio ao enorme desafio do isolamento social, seguimos transformando vidas, realizando sonhos, com nossos alunos no centro, fortemente apoiados pelos nossos professores e professoras, com o uso intenso de tecnologia e com um time empreendedor de educadoras e educadores profundamente dedicados e comprometidos com nosso propósito. Nossa premissa de qualidade, que está no nosso DNA desde o primeiro dia da Ânima, norteando todas as nossas decisões, há quase 18 anos, foi o eixo central desse desempenho singular.

Para execução do nosso projeto, elegemos cinco movimentos estratégicos, que vem sendo implementados desde de abril de 2020: 1 - Transformar a Ânima em um ecossistema de aprendizado personalizado; 2 - Aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*); 3 - Experiência Transformadora dos Alunos e Alunas; 4 - Novos Modelos de Negócios; e 5 - Criar as capacidades para o crescimento. O centro da estratégia consiste em mudar o conceito tradicional de serviço educacional, para um conceito flexível e personalizado, com foco em toda a vida profissional dos estudantes. Estes cinco movimentos foram fundamentais em 2020, uma vez que desenvolvem

a resposta necessária às mudanças do mercado, criando as ferramentas para que a Ânima possa continuar crescendo, de forma ainda mais acelerada, liderando o momento de mudanças na educação superior.

É assim que encerramos o ano de 2020 superando nossos maiores desafios. Reportamos uma Receita Líquida com crescimento de 20,4% em relação a 2019, registrando R\$1.421,6 milhões. Este crescimento é fundamentalmente explicado pelo aumento do ticket líquido, pelas aquisições realizadas em 2020 e pelas iniciativas de captação e retenção que reforçaram nossa base de alunos. Fechamos o ano de 2020 com um ticket médio de R\$1.003, superior em 19,8% ao ano de 2019, alcançado através de uma estratégia robusta de reposicionamento por meio do uso de ferramentas tecnológicas, apoiadas em dados e análises, um forte compromisso com a valorização do serviço educacional, e de uma melhora no mix de cursos, catalisada por nossas aquisições mais recentes e o crescimento dos cursos de saúde em todas as nossas marcas.

E tudo isso essencialmente viabilizado por uma proposta de educação diferenciada, de qualidade e reputação singulares, mais uma vez atestada pelos indicadores do INEP/MEC, que no 4T20 publicaram o CPC (Conceito Preliminar de Curso), reforçando nosso posicionamento consideravelmente superior a toda a média do mercado, tanto em escolas privadas, quanto públicas.

Os esforços de ganho de eficiência também cumpriram um papel relevante em 2020. Nosso modelo acadêmico híbrido, por competência, com flexibilidade para uso intenso de recursos digitais que aprimoram a qualidade da experiência – o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A) – nos permitiu ganho operacional de 2,1 pontos percentuais na margem, nos levando, no ano, a um EBITDA Ajustado de R\$376,1 milhões (28,4% superior a 2019) e uma margem de 26,5%, representando uma evolução de 1,7pp em relação ao ano de 2019.

No segmento Ensino, reportamos no ano uma margem operacional 1,5pp superior a 2019, atingindo 37,1% (versus 35,6% em 2019). Excluindo aquisições, esse resultado ainda é mais positivo, tendo apresentado um crescimento de 2,6pp. Sabemos que nossas aquisições são importantes para nos trazer os ganhos de escala que tem sido o histórico de nosso crescimento, ainda que em um momento inicial, de integração, pressionem nossa margem consolidada, crescendo gradativamente até os níveis de nossas unidades maduras, na medida em que as sinergias mapeadas vão sendo implementadas.

A INSPIRALI, nossa vertical responsável pela integração, gestão e desenvolvimento de nossas escolas médicas, segue sua trajetória de crescimento. Anunciamos em novembro a aquisição da MEDROOM, *startup* constituída com o objetivo de construir objetos educacionais e ambientes de simulação em realidade virtual (“RV”) e realidade aumentada (“RA”) para a educação médica e que traz para o portfólio de soluções educacionais da INSPIRALI a capacidade de construção desses ambientes de simulação realística.

Em números, a INSPIRALI encerrou o ano de 2020 com uma base de 2.424 alunos matriculados em nossos cursos de Medicina (ou 4.095 se somarmos os alunos sob a cogestão da Unisul, já integrada a partir de janeiro de 2021), resultando em uma Receita Líquida, exclusivamente dos cursos de Medicina (que integram nosso segmento de Ensino), de R\$174,7 milhões no ano (96,4% de crescimento vs. 2019). Lembramos que parte dos cursos de Medicina já autorizados seguem em processo de amadurecimento por terem sido abertos há menos de 6 anos (tempo de amadurecimento em virtude da duração do curso), enquanto que aguardamos a autorização de novos cursos. Contamos também com a possibilidade de aumentos de vagas em alguns de nossos cursos autorizados no âmbito do Programa Mais Médicos. Com isso, já considerando a

Unisul, temos potencial de adicionar 4.668 novos alunos na maturidade, atingindo um total de 8.820 alunos nos próximos anos. Vale destacar que quando da aprovação da transação com a Laureate pelo CADE, nossa base de alunos de Medicina das companhias combinadas terá um potencial de chegar, na maturidade, a 2.260 vagas com 16.236 alunos.

É relevante destacar o papel preponderante que nossa estratégia de Transformação Digital teve no ano de 2020. Três anos após iniciar a jornada de transformação digital, a pandemia e os desafios de 2020 mostraram que a Ânima Educação estava no caminho certo. Neste período, a tecnologia deixou de ser uma área suporte para se transformar em uma competência estratégica: incorporou-se ao negócio para viabilizar e fortalecer o projeto acadêmico, aumentar a eficiência das equipes e oferecer uma nova experiência para estudantes e professores. O investimento em tecnologia em 2020 foi 60% superior ao ano anterior e viabilizou a aceleração de diversos pilares da transformação digital: migração para uma arquitetura de nuvem, incorporação de práticas ágeis em toda companhia – desde a organização por *squads* até processos de gestão de pessoas – desenvolvimento de competências de dados & *analytics* em todas as áreas (modelos de *pricing* e preditivo de evasão), além de iniciativas de inovação e experimentação.

A *expertise* adquirida pela jornada de Transformação Digital e o fato do Ecossistema Ânima de Aprendizagem já incorporar o ensino híbrido desde 2017 permitiram que, com o início da pandemia, o ensino migrasse do ambiente presencial para o digital no intervalo de apenas uma semana. Nenhuma turma perdeu uma aula sequer, realizamos o empréstimo de 2.076 *chromebooks* e passamos a ter, de forma simultânea, mais de 1.200 turmas tendo aulas de forma síncrona.

Dentre o portfólio de produtos digitais desenvolvidos e aprimorados, podemos citar: o Ulife, plataforma de aprendizagem digital que engloba aulas ao vivo, atividades síncronas e assíncronas, laboratórios virtuais, objetos digitais interativos, avaliações online, entre outros recursos; o diploma digital, lançado com 14 meses de antecedência do prazo regulamentado pelo MEC; e o vestibular digital, que permite que os candidatos façam o processo de forma inteiramente remota, desde a aplicação e envio dos documentos até a realização da prova, disponibilizada com diversos recursos de segurança, incluindo reconhecimento facial.

A combinação dessa estratégia com nosso modelo acadêmico tem feito a diferença na vida de vários estudantes, por sua entrega de qualidade com tecnologia que permite uma experiência singular, o que nos dá um posicionamento diferenciado em um momento de crise, em um cenário macro que segue desafiador.

Nesse contexto, nossos esforços de captação e retenção de alunos foram prioritários ao longo do ano e resultaram, mesmo em um cenário macro adverso, em um desempenho raro confirmado pela taxa de evasão apenas 1,1pp maior no 4T20 em relação ao 4T19, momento pré-pandemia. Esse resultado está diretamente influenciado pelas nossas iniciativas para apoiar nossos alunos, com as novas modalidades de financiamentos do Pravalier, e ainda o Decola, nosso sistema próprio de negociação, já que a pontualidade e adimplência seguem sendo elementos presentes. Esse cenário apresenta reflexos em nossa provisão para devedores duvidosos (PDD) que, no 4T20, sofreu alguma pressão, ficando em 7,9% da Receita Líquida No ano, a despesa com PDD ficou em R\$85,4 milhões, representando 6,0% da Receita Líquida, 2,3pp superior ao ano de 2019, efeito esse diretamente ligado à crise econômica da pandemia da Covid-19. Sabemos que a crise ainda deverá se estender até que os programas de vacinação avancem, pelo que a inadimplência segue sendo motivo de atenção e cuidado, exigindo a

continuidade e intensificação de iniciativas para garantir a permanência de nossos alunos e ajudá-los a superar esse momento de dificuldades.

Os impactos do ano de 2020 ainda perduram e nos exigem permanente atenção e cautela, em especial diante do panorama ainda incerto sobre a extensão dos seus efeitos. Por outro lado, integramos duas novas aquisições importantes e fortalecedoras de nossa estratégia e fizemos duas ofertas públicas de ações no ano, em janeiro e em dezembro, ambas muito bem sucedidas, ratificando a percepção do mercado quanto à solidez de nossa Companhia e das oportunidades diante de nós. O fruto das duas captações, somado aos nossos resultados alcançados no ano, não obstante a crise, nos fortalecem e robustecem para enfrentar os desafios, e especialmente aproveitar da melhor forma possível as oportunidades que já estão diante de nós em 2021.

Em novembro de 2020 anunciamos a transação com o Grupo Laureate, que muito nos orgulha, e representa um marco importante para a nossa história. As instituições da Laureate que se unem ao nosso Ecossistema nos proporcionam um crescimento de 140% em número de alunos, nos levando a uma escala significativamente maior, além de guardarem total alinhamento com nosso posicionamento de qualidade, trazendo um legado de décadas de atuação e gozando de excelente reputação em seus respectivos mercados. Nesse sentido, em estrita observância às normas do CADE, estamos bem estruturados para a integração das marcas da Laureate. Temos nos dedicado intensamente, com muito afinco e energia, trabalhando com um Escritório de Planejamento de Integração (EPI), um Comitê de Integração do nosso Conselho de Administração e duas empresas de consultoria de primeira linha nos apoiando. Estamos entusiasmados e bem preparados para podermos iniciar os trabalhos dessa aquisição transformacional, que resultará em uma companhia com o portfólio de marcas mais diferenciado do setor, com uma combinação única e superior de qualidade e escala, nos tornando a maior entre as melhores.

Neste ano de 2021, também está em nossa agenda de prioridades as iniciativas de desalavancagem. Chegamos ao fim de 2020 com um total de disponibilidade líquida de R\$339,2 milhões (ex-IFRS-16). Recebemos o apoio de um sindicato de bancos de primeira linha, garantindo os recursos para aquisição da Laureate e, de forma estruturada e segura, já iniciamos a implementação de planos para levar a Companhia a um patamar de endividamento em linha com seus índices históricos. As medidas passam pela oferta pública primária realizada em dezembro (R\$918,0 milhões), contratos de *Sale-Leaseback* de imóveis, potenciais vendas de ativos e a evolução do resultado da combinação de nossos negócios com os ativos da Laureate, após aprovação do CADE. Manteremos o mercado sempre atualizado sobre esse importante indicador financeiro.

O que vivemos em 2020 foi um momento singular do mundo, e a Ânima Educação pode fazer muita diferença. O que tem nos permitido dar continuidade à nossa missão é a inquestionável legitimidade e o alinhamento firme de nosso propósito. Nossa tese central de que a qualidade da educação ofertada tem que ser uma premissa e um fim em si mesmo, como forma de garantir a sustentabilidade da companhia, tem norteado nossas decisões estratégicas desde nossa fundação.

Nosso modelo acadêmico híbrido e nosso processo de transformação digital tem sido elementos centrais da execução do nosso propósito. É por isso que, quando nos deparamos com o desafio da pandemia, a força de nosso posicionamento ofereceu soluções que sustentaram a continuidade de uma entrega de serviços educacionais de qualidade e, consequentemente, de resultados robustos que nos fortalecem e nos dão confiança para as grandes oportunidades à

nossa frente, nesse ano de 2021, em que a Ânima Educação se tornará a Companhia mais relevante de educação superior do País.

Sem o comprometimento e a profunda dedicação de todos os nossos educadores e educadoras nada disso teria sido possível. Portanto, o momento é de agradecimento e de reconhecimento! A toda nossa comunidade, que escolhe estar na Ânima Educação todos os dias, que sonha muito e realiza ainda mais, que nunca se conforma e, com muita paixão, se envolve em todos os nossos projetos e estratégias para juntos, *Transformar o País pela Educação*, nosso MUITO OBRIGADO!

Desempenho Operacional

Base de alunos

Encerramos o ano de 2020 com uma base média consolidada de 119,4 mil alunos, um crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior. Esse número é composto por 101,2 mil alunos na graduação, 3,5 mil alunos na pós-graduação, 0,4 mil alunos no EAD, 1,1 mil alunos no ensino básico e técnico, e 12,9 mil alunos na IES que foram adquiridas em 2019 e 2020, AGES, Unicritiba, Faseh e UniFG. As aquisições que realizamos tiveram um papel relevante no ganho de escala na média do ano. Excluindo as aquisições, a base média de alunos no ano ficou praticamente em linha com o ano anterior, finalizando o exercício com queda de 1,0%, o que consideramos um bom resultado em um ano bastante desafiador e marcado pela crise da Covid-19.

Olhando apenas para nossa base de alunos da graduação, observamos um crescimento de 6,7% no ano. Mesmo sem considerar as aquisições, e em um ano tão desafiador por conta da pandemia, tivemos um desempenho 0,3% superior a 2019, o que evidencia a solidez de nosso crescimento orgânico e inorgânico. Esse desempenho pode ser principalmente explicado pelo sucesso da entrega dos serviços educacionais com intenso uso de tecnologia, o que foi possível em virtude do nosso Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A), modelo híbrido por competência, que permitiu rápida adaptação de aulas em uma realidade de distanciamento social. Nossa agilidade em adequar nossos processos de captação ao ambiente virtual, fruto dos investimentos recentes em transformação digital, também desempenhou papel central nesses resultados positivos.

Nesse ano de 2020, 47,3 mil novos alunos ingressaram nos nossos cursos de graduação, sendo a maior parte do processo de captação feita por meio exclusivamente digital. O trabalho de retenção de alunos, em meio a um cenário macroeconômico restritivo, foi prioritário ao longo do ano e realizado por diferentes frentes: seja pela manutenção da qualidade de ensino no período de isolamento (em função do E2A), seja por amplas iniciativas de apoio socioemocional, seja, ainda, pelas alternativas de financiamento que oferecemos aos alunos diante do momento de crise.

Financiamento Estudantil

Encerramos o ano com 14,3 mil alunos financiados pelo FIES (13,2% da base). Excluindo nossas aquisições (AGES, Unicritiba, Faseh e UniFG), esse número seria equivalente a 10,2% da base. Seguimos acompanhando a redução dessa modalidade de financiamento na nossa base de

alunos, sem perspectiva de mudança, dada a situação de pressão fiscal e orçamentária da União, agravada pelo cenário da pandemia.

Em relação aos financiamentos privados, continuamos com a nossa parceria com o Pravalier e criamos duas novas modalidades de financiamento para apoiar nossos alunos nesse momento de dificuldade financeira (50% sem garantidor e 75% com garantidor, com risco de crédito no nosso balanço durante o primeiro ano). Com um ambiente econômico mais pressionado, temos notado os efeitos de maior restrição de crédito. Como consequência, de um lado vemos uma redução no percentual de alunos ingressantes com financiamento tradicional e, de outro lado, um aumento proporcional de alunos optantes pelas novas modalidades criadas em 2020. Assim, encerramos o ano com total de alunos com financiamento privado de 8,0 mil alunos (7,4% da base).

Esse cenário de financiamento demonstra que intensificamos ainda mais o engajamento de alunos majoritariamente sem nenhum tipo de financiamento, que representou 87,3% na captação.

Qualidade Acadêmica

Os mais recentes resultados publicados pelo INEP/MEC, referente ao ano de 2019, ratificam a elevada qualidade acadêmica de nossas instituições.

Os resultados do CPC (Conceito Preliminar de Curso), que avalia o desempenho dos alunos por curso. Ao olharmos a distribuição dos cursos nas três faixas em comparação com as demais IES no Brasil, vemos que enquanto 75% dos nossos alunos estão em cursos com CPCs nas faixas 4 e 5, nas IES Privadas este número é de apenas 36%. Neste ciclo apresentamos também um percentual bem acima das instituições públicas (52%).

Com relação ao ENADE, que mede o desempenho dos formandos do ensino superior através de uma prova padronizada, nossas IES apresentam maior proporção de alunos com conceitos superiores (4 e 5) do que as demais instituições privadas (listadas e não listadas), e menor percentual de alunos com conceitos 1 e 2.

Já o IDD, que mede o valor agregado pela formação do ensino superior, revela o maior impacto de nossas práticas acadêmicas na formação de nossos alunos, até mesmo em relação às instituições públicas. Os resultados demonstram que nossas IES possuem o maior percentual de alunos com conceitos superiores (4 e 5), e o menor percentual com conceitos 1 e 2.

Ecossistema Ânima de Aprendizagem

Elaborar um projeto acadêmico é pensar em qualidade de ensino e futuro. Orientados por essa visão, em 2017 iniciamos a implantação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A), que propõe um novo formato do sistema de ensino. Entendemos que a educação superior precisa urgentemente voltar a se conectar com o mundo fora da escola e assumir um papel efetivo de agregar valor à vida dos jovens, investimos fortemente no desenvolvimento de um modelo que evolui do conceito de sistema de ensino para um ecossistema de aprendizagem. No E2A os currículos são ofertados de forma integrada, em que se busca uma compreensão global do conhecimento, não mais repartido em disciplinas. Desenvolvemos as Unidade Curriculares (UC),

em que os conteúdos são reorganizados baseado em competência, associando habilidades, conhecimentos técnicos específicos e competências socioemocionais, sem utilizar uma forma linear pré-estabelecida, mas sim organizadas de forma temática. Utilizando a tecnologia como ferramenta de aprimoramento da experiência de aprendizagem e aproximação do professor ao estudante, o E2A é um modelo híbrido. Os recursos digitais são atrativos e servem como instrumentos muito interessantes de engajamento e envolvimento dos alunos e alunas.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

Encerramos 2020 com um Receita Líquida consolidada de R\$1.421,6 milhões, 20,4% superior ao registrado em 2019.

A Receita Líquida de Ensino apresentou crescimento de +21,9% em relação a 2019, registrando R\$1.355,3 milhões (R\$1.141,7 milhões ou +5,6% excluindo as aquisições). Essa importante evolução da Receita Líquida do ano, mesmo com uma pequena queda na base de alunos da graduação dos mesmos *campi*, é explicada por dois fatores principais: a expansão da base de alunos via aquisições e o aumento do ticket líquido consolidado.

O Segmento de Outros Negócios é composto pela hsm, hsmU (cursos livres e pós-graduação online em gestão) e pela EBRADI, Escola Brasileira de Direito. Em 2020, o segmento de outros negócios apresentou Resultado Operacional de R\$10,0 milhões, ante R\$3,7 milhões no mesmo período do ano anterior. Este resultado pode ser explicado pelo amadurecimento, e consequente ganho de escala, da EBRADI, com resultados crescentes e já atingindo uma base de 24.455 alunos em 2020.

Analisando nosso ticket líquido, excluindo as aquisições, encerramos 2020 com uma média de R\$893/mês, uma evolução de 6,6% *versus* o mesmo período do ano anterior nos mesmos *campi*, influenciada por um aumento médio de mensalidades com ganhos no mix de cursos, parcialmente compensados por aumento de bolsas, descontos e impostos. Considerando as aquisições, que vieram com um mix de cursos que contam com ticket mais alto do que a nossa base anterior, nosso ticket médio líquido totalizou R\$1.003/mês, ou +19,8% *versus* 2019.

O comportamento de contínua evolução do nosso ticket é decorrente de acertadas decisões na estratégia de sua recomposição, através de ferramentas tecnológicas, projetos e iniciativas internos. e, também, de opções igualmente estratégicas em nossas aquisições, que reforçam o posicionamento superior de nossas marcas

Total de Custos e Lucro Bruto

Os resultados da qualidade e eficiência do nosso modelo acadêmico (E2A) são observados, em 2020, em suas diferentes frentes de influência. Além da sua comprovada eficiência na qualidade de ensino, que contribui para retenção e captação, a própria concepção do E2A produz uma melhora na eficiência operacional, apresentando também resultados superiores de eficiência docente, atestando uma nova realidade de patamar nesse indicador.

Com isso, vimos uma importante evolução do Lucro Bruto em 2020, que atingiu R\$846,5 milhões, ou 59,5% de margem (+6,9pp vs. 2019). O crescimento reportado nos colocou em posição de destaque no setor, especialmente considerando que 2020 foi um ano vivido quase que integralmente em um cenário de crise econômica.

Despesas Operacionais

Despesas Comerciais

Em 2020, o cenário de incertezas e escassez de recursos em decorrência da pandemia – período que se estendeu por quase dez meses do ano e ainda perdura em 2021 – nos levou a incrementar nossos esforços e investir ainda mais nas atividades relacionadas à retenção e captação de alunos. Ao longo do ano, constatamos ainda mais a relevância do Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A), implantado em 2017, e que teve evoluções importantes em 2020, tornando-se fundamental para que todos nossos alunos dessem continuidade ao seus estudos, adaptando-se a um cenário 100% digital. Assim, nos apoiamos nos resultados qualitativos do E2A na nova conjuntura, para aprimorar ainda mais a comunicação do nosso modelo acadêmico, realizando investimentos adicionais em publicidade e propaganda, principalmente no quarto trimestre, período importante tanto para retenção, quando para o processo de captação do primeiro semestre do ano seguinte. Adicionalmente, desde os primeiros meses do ano, prevendo os efeitos da Covid-19, implementamos medidas preventivas para buscar minimizar o impacto da PDD nos nossos resultados

Com isso, no ano, reportamos Despesas Comerciais de R\$164,2 milhões, ou 11,6% da receita líquida (-2,7pp vs. 2019), por conta do aumento da PDD e também das despesas com marketing.

Despesas Gerais e Administrativas

Encerramos o ano de 2020 com um total de Despesas Gerais e Administrativas de R\$164,5 milhões, representando 11,6% da Receita Líquida, levemente superior a 2019 (-1,0pp). Influenciaram esse resultado um aumento de 0,7pp nas despesas com Serviços de Terceiros, explicado tanto por nossas iniciativas de digitalização, que envolvem uma migração para uma arquitetura de nuvem com a contratação do respectivo serviço (*Cloud Service*), quanto por nossas aquisições recentes (que vinham operando com um nível de serviços de terceiros elevado) e um crescimento de 0,2pp com despesas com Pessoal, igualmente influenciado pelas aquisições que realizamos e que, com a implantação das sinergias, gradativamente vão sendo diluídas.

EBITDA Ajustado (Não auditado)

A combinação de uma importante evolução, tanto de receita (base de alunos + ticket líquido) quanto de ganho de eficiência, marca o encerramento de um ano extremamente relevante em que o EBITDA Ajustado totalizou R\$376,1 milhões, o que representa um crescimento de expressivos +28,4% vs. 2019. A margem EBITDA alcançou 26,5% da Receita Líquida, totalizando um crescimento de +1,7pp vs. 2019, mesmo em um cenário desafiador como o que continuamos enfrentando. Contribuíram positivamente para essa evolução o crescimento da Receita Líquida,

principalmente em função do incremento no ticket; o crescimento do resultado operacional de todas as safras de nossas unidades; e os ganhos com eficiência derivados do modelo acadêmico.

Resultado Financeiro

Encerramos 2020 com um Resultado Financeiro de -R\$154,5 milhões, ante -R\$126,3 milhões em 2019. A Receita Financeira atingiu o montante de R\$42,4 milhões, +R\$16,9 milhões vs. o ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram: receita com aplicações financeiras (+R\$9,6 milhões), oriundas do caixa obtido com nossas operações de captação de recursos; e de descontos obtidos em negociações, principalmente em despesas de arrendamento de imóveis (+R\$7,0 milhões).

Já a Despesa Financeira totalizou R\$196,9 milhões, +R\$45,1 milhões vs. 2019, principalmente explicada pelas comissões e despesas relacionadas a novas operações de crédito destinados a viabilizar nossas recentes aquisições; pelos juros vinculados às debêntures emitidas em 2S19; pelo aumento e atualização dos saldo dos títulos a pagar referente às aquisições recentes; pelas despesas de arrendamento, como consequência do IFRS-16; e pelo maior nível de desconto financeiros concedidos aos alunos.

Resultado Líquido

Encerramos 2020 com Resultado Líquido Ajustado de R\$ 54,6 milhões (+89,2% vs. 2019) ou uma margem de 3,8% sobre a Receita Líquida, representando um aumento de 1,4p.p em relação a 2019. O *impairment* da hsm e a regra contábil do IFRS16, ainda que não produzam efeitos no caixa da Companhia, impactam o Resultado Líquido contábil que totalizou -R\$41,1 milhões. Excluindo o efeito do *impairment* da hsm, teríamos alcançado um resultado líquido de +R\$20,5 milhões.

Endividamento Líquido

Chegamos ao fim de 2020 com um total de disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$1.277,9 milhões, ante R\$789,8 milhões em set/2020. Contribuíram para essa posição de caixa no ano o aumento de capital realizado em dezembro que totalizou R\$ 918,0 milhões.

O total de empréstimos e financiamentos foi de R\$653,0 milhões. Enfatizamos que o perfil de vencimento das dívidas está diluído ao longo dos próximos 5 anos, não apresentando concentração significativa em 2021. As outras obrigações de curto e longo prazo, representadas principalmente pelos títulos a pagar relacionados às aquisições, totalizaram R\$285,7 milhões, o que representou um acréscimo de R\$14,8 milhões referente às aquisições mais recentes anunciadas.

Com isso, excluindo o efeito do IFRS-16 conforme previsto nos contratos das nossas dívidas, encerramos o ano com uma disponibilidade líquida de R\$339,2 milhões.

Antecipando-se ao endividamento para pagamento dos ativos do grupo Laureate, já iniciamos iniciativas estruturadas de desalavancagem a fim de manter a Companhia em um patamar de alavancagem em linha com seus índices históricos.

Contas a receber e PMR

Encerramos o 4T20 com um saldo de Contas a Receber Líquido de R\$379,0 milhões, crescimento de R\$165,6 milhões *versus* o 4T19, concentrados nos valores a vencer de mensalidades (62,4% do total), assim como nos valores vencidos até 180 dias. No que se refere aos valores a vencer, o impacto é explicado por dois fatores principais: o aumento oriundo do contas a receber das aquisições (+R\$43,5 milhões) e dos efeitos das renegociações no âmbito do Programa Decola, que já é uma ferramenta amplamente usada há anos, mas, no contexto em que vivemos, tem assumido contornos ainda mais granulares e estratégicos, buscando equilibrar retenção e sustentabilidade, de forma a possibilitar a continuidade dos estudos para o maior número de estudantes.

Já no que diz respeito aos valores vencidos até 180 dias, a elevação ocorre devido ao cenário mais desafiador de impontualidade causado pelos efeitos relacionados à pandemia da Covid-19. Conforme já informado na seção sobre PDD, estamos implementando diversas medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos, entre as quais estão novas modalidades de financiamentos do Pravalier, e, ainda, conforme citado no parágrafo anterior, o nosso sistema próprio de negociação, o Decola.

Embora o conjunto desses esforços esteja nos trazendo sinais positivos referentes à rematrícula, a inadimplência continua sendo motivo de cuidado, dada a incerteza do ambiente macroeconômico, o que exige de nós atenção redobrada, além da continuidade e intensificação das iniciativas citadas acima, bem como a busca de novas alternativas.

Encerramos o trimestre com um PMR (prazo médio de recebimento) de 96 dias, +33 dias em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento está diretamente relacionado aos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes e indica a necessidade de atenção redobrada no curto prazo, dado o cenário econômico ainda pressionado.

Segmentando a análise dos recebíveis e prazos médios, reportamos para o segmento de alunos Não-FIES um PMR de 90 dias, +5 dias quando comparado ao 3T20 e +20 dias quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Já para os recebíveis de FIES, reportamos um PMR de 106 dias (-2 dias vs. 3T20 e +93 dias vs. 4T19), impactado principalmente pelas aquisições. Finalmente, na linha de outros negócios, encerramos o período com um PMR de 175 dias (+55 dias vs. 4T19), em linha com o novo patamar de PMR deste segmento a partir do crescimento da EBRADI e da hsmU, de acordo com os respectivos planos de negócios.

Investimentos (Capex)

Em 2020, nossos investimentos totalizaram R\$120,6 milhões ou 8,5% sobre a Receita Líquida, uma redução de 1,3pp comparado aos 9,8% reportados em 2019.

Esse nível de investimento segue impactado pelas unidades da expansão orgânica - Q2A (R\$29,4 milhões ou 24,4% em 2020). Excluindo o efeito do Q2A, o Capex seria de R\$91,1 milhões, ou 6,4% da RL. Os fortes investimentos feitos em tecnologia seguem sendo parte importante do Capex, mas têm sido ferramenta valiosa no incremento da qualidade de nossos processos e da experiência de aprendizagem de nossos alunos.

Nesse sentido, seguimos evoluindo na estratégia de adoção de soluções de laboratórios virtuais e simuladores que indicam uma melhor eficiência no uso de espaços físicos de ambientes de aprendizagem, o que se torna essencial nesse momento de retorno às atividades presenciais.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal. Em 2020, o Impairment da hsm e a regra contábil do IFRS16, ainda que não produzam efeitos no caixa da Companhia, impactam o Resultado Líquido contábil que totalizou um prejuízo de R\$41,1 milhões, pelo que não serão distribuídos dividendos nesse exercício.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2018: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Além desses serviços, em 2020 também foram realizados: serviços para fins de emissão de carta de conforto em conexão com oferta de ações; e serviços para fins de emissão de relatório de asseguarção razoável sobre informações financeiras pro forma. Os honorários relativos a esses trabalhos em 2020 foram de R\$4.088 mil (líquido de impostos) sendo que 13% (R\$538 mil, líquido de impostos) representam os honorários de serviços de auditoria externa.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Anexo I

Consolidado Ânima Valores em R\$ (milhões)	2020					
	DRE Gerencial	Deprec. & Amort. ¹	Despesa Corporativa ¹	Multa & Juros Mens. ¹	Itens Não Recor. ²	DRE Societária
Receita Bruta	2.692,4				0,4	2.692,9
Descontos, Deduções & Bolsas	(1.224,0)				(0,0)	(1.224,0)
Impostos & Taxas	(46,9)				(0,0)	(46,9)
Receita Líquida	1.421,6	0,0		0,0	0,4	1.422,0
Total de Custos	(575,1)	(93,6)		0,0	(14,8)	(683,5)
- Pessoal	(471,1)				(14,5)	(485,5)
- Serviços de Terceiros	(40,6)				(0,0)	(40,7)
- CMV	0,0				0,0	0,0
- Aluguel & Ocupação	(25,3)				(0,1)	(25,4)
- Outras	(38,1)	(93,6)			(0,1)	(131,9)
Lucro Bruto (excluindo deprec. / amort.)	846,5	(93,6)	0,0	0,0	(14,5)	738,5
Despesas Comerciais	(164,2)	0,0	(3,0)	0,0	0,0	(167,3)
- PDD	(85,4)		(0,1)		0,0	(85,5)
- Marketing	(78,8)		(2,9)		0,0	(81,8)
Despesas Gerais & Administrativas	(164,5)	(56,2)	(142,0)	0,0	(72,7)	(435,4)
- Pessoal	(119,2)		(89,3)		(2,0)	(210,5)
- Serviços de Terceiros	(22,7)		(31,3)		0,0	(54,0)
- Aluguel & Ocupação	(3,3)		(0,5)		(0,3)	(4,0)
- Outras	(19,3)	(56,2)	(21,0)		(70,4)	(166,9)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(13,4)	0,0	4,7	0,0	(5,4)	(14,0)
- Provisões	(10,1)		(3,5)		(8,6)	(22,2)
- Impostos & Taxas	(8,1)		(3,3)		(0,0)	(11,4)
- Outras receitas operacionais	4,9		11,4		3,2	19,5
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	8,7			(8,7)	0,0	0,0
Resultado Operacional	513,2	(149,8)	(140,4)	(8,7)	(92,5)	121,8
- Despesas Corporativas	(137,1)		140,4		(3,2)	0,0
EBITDA Ajustado	376,1	(149,8)	0,0	(8,7)	(95,7)	121,8
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(8,7)			8,7	0,0	0,0
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	(95,7)				95,7	0,0
EBITDA	271,6	(149,8)	0,0	0,0	0,0	121,8
Depreciação & Amortização	(149,8)	149,8			0,0	0,0
Equivalência Patrimonial	(3,6)				0,0	(3,6)
EBIT	118,2	0,0	0,0	0,0	0,0	118,2
Resultado Financeiro Líquido	(154,5)				0,0	(154,5)
EBT	(36,3)	0,0	0,0	0,0	0,0	(36,3)
Imposto de Renda & CSLL	(4,3)				0,0	(4,3)
Resultado Líquido	(41,1)	0,0	0,0	0,0	0,0	(41,1)
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	95,7				(95,7)	0,0
Resultado Líquido Ajustado	54,6	0,0	0,0	0,0	(95,7)	(41,1)

¹as colunas de Depreciação & Amortização, Despesas Corporativa e Multa e Juros são reclassificações gerenciais entre linhas para ajuste de Ebitda.

²a coluna de Itens Não Recorrentes, refere-se a um ajuste gerencial. Em 2020, essa linha totalizou R\$95,7 milhões, sendo principalmente impactada pelo *impairment* da hsm (R\$61,6 milhões) e reestruturação de operações (R\$24,4 milhões).

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVOS						PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.100	3.357	73.183	31.552	Fornecedores		5.447	7.251	48.829	31.982
Aplicações financeiras	6	1.056.301	86.764	1.204.671	151.042	Arrendamentos a pagar	14	319	292	40.431	24.688
Contas a receber	7	-	-	343.602	213.346	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	126.109	100.490	129.607	103.435
Adiantamentos diversos	8	3.478	3.734	24.985	27.770	Obrigações sociais e salariais	17	21.340	16.668	97.384	75.569
Impostos e contribuições a recuperar	9	2.698	779	5.880	4.088	Obrigações tributárias	18	3.612	2.107	25.316	20.594
Direitos a receber por aquisições	11	187.000	20.050	413.199	21.302	Adiantamentos de clientes	19	-	-	36.690	16.980
Créditos com partes relacionadas	29	36.743	72.096	-	-	Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	10.119	-
Dividendos a receber	29	55.994	49.463	-	-	Títulos a pagar	21	-	-	46.309	65.331
Derivativos	30	-	2.391	-	2.391	Derivativos	30	276	-	276	-
Outros ativos circulantes		36.589	1.543	40.894	4.431	Outros passivos circulantes		842	911	6.082	1.347
Total dos ativos circulantes		1.396.903	240.177	2.106.414	455.922	Total dos passivos circulantes		157.945	127.719	441.043	339.926
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	7	-	-	35.376	-	Arrendamentos a pagar	14	2.102	2.297	626.148	530.545
Impostos e contribuições a recuperar	9	1.057	-	15.243	12.849	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	517.551	576.866	521.170	587.031
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.501	1.584	1.501	1.584	Adiantamentos de clientes	19	-	-	6.985	-
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	103.242	136.301	Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	39.908	2.591
Depósitos judiciais	22	55	76	63.359	61.062	Títulos a pagar	21	-	-	189.368	75.217
Créditos com partes relacionadas	29	12.814	9.751	10.843	9.797	Débitos com partes relacionadas	29	339	16.180	84	9
Outros ativos não circulantes		2.018	-	7.023	4.942	Derivativos	30	1.929	-	1.929	-
Investimentos	12	1.704.088	1.114.435	10.824	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	111.826	70.065
Imobilizado	13	7.393	7.540	370.898	367.087	Provisão para perdas em investimentos	12	-	2.279	-	2.279
Direito de uso de arrendamentos	14	2.172	2.445	608.708	531.538	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	22	303	432	115.000	98.770
Intangível	15	58.078	41.425	1.249.008	818.941	Outros passivos não circulantes		392	1.225	2.502	3.155
Total dos ativos não circulantes		1.789.176	1.177.256	2.476.025	1.944.101	Total dos passivos não circulantes		522.616	599.279	1.614.920	1.369.662
						TOTAL DOS PASSIVOS		680.561	726.998	2.055.963	1.709.588
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	23	2.453.647	502.772	2.453.647	502.772
						Reserva de capital	23	35.236	34.314	35.236	34.314
						Ágio em transação de capital	23	(69.566)	(69.566)	(69.566)	(69.566)
						Ações em tesouraria	23	(38.206)	(10.022)	(38.206)	(10.022)
						Reservas de lucros	23	124.407	232.937	124.407	232.937
						Total do patrimônio líquido		2.505.518	690.435	2.505.518	690.435
						Participação dos acionistas não controladores	24	-	-	20.958	-
								2.505.518	690.435	2.526.476	690.435
TOTAL DOS ATIVOS						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.186.079	1.417.433	4.582.439	2.400.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	25	7.087	-	1.421.989	1.181.499
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	26	(51.416)	(40.832)	(683.538)	(671.584)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(44.329)	(40.832)	738.451	509.915
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	26	(1.424)	(880)	(167.286)	(109.983)
Gerais e administrativas	26	(11.910)	(3.952)	(338.271)	(281.898)
Resultado de equivalência patrimonial	12	37.621	56.672	(3.585)	(2.463)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	5.725	8.017	(111.130)	4.399
		30.012	59.857	(620.272)	(389.945)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(14.317)	19.025	118.179	119.970
Resultado financeiro, líquido	28	(26.708)	(28.618)	(154.524)	(126.292)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS		(41.025)	(9.593)	(36.345)	(6.322)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	(83)	-	(4.306)	(3.271)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(41.108)	(9.593)	(40.651)	(9.593)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação da controladora		(41.108)	(9.593)	(41.108)	(9.593)
Participação de não controladores	24	-	-	457	-
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	23	(0,39)	(0,12)		
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	23	(0,39)	(0,12)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(41.108)</u>	<u>(9.593)</u>	<u>(40.651)</u>	<u>(9.593)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(41.108)</u>	<u>(9.593)</u>	<u>(40.651)</u>	<u>(9.593)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	(41.108)	(9.593)	(41.108)	(9.593)
Participação de não controladores	-	-	457	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social			Ágio em transações de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital			Reserva legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	496.411	-	5.946	(69.566)	(15.642)	18.791	229.309	-	665.249	-	665.249
Aumento de capital	35.000	-	-	-	-	-	-	-	35.000	-	35.000
Remuneração baseada em ações	-	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000	-	1.000
Realização do plano de incentivo	-	-	(44)	-	44	-	-	-	-	-	-
Compensação com ativos	-	-	(1.227)	-	-	-	-	-	(1.227)	-	(1.227)
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	6	-	6	-	6
Reclassificação de gastos com emissão de ações	-	(28.639)	28.639	-	-	-	-	-	-	-	-
Complemento no valor de cancelamento de ações	-	-	-	-	5.576	-	(5.576)	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(9.593)	(9.593)	-	(9.593)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(9.593)	9.593	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	531.411	(28.639)	34.314	(69.566)	(10.022)	18.791	214.146	-	690.435	-	690.435
Aumento de capital	2.038.214	-	-	-	-	-	-	-	2.038.214	-	2.038.214
Gastos com emissão de ações	-	(87.339)	-	-	-	-	-	-	(87.339)	-	(87.339)
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.501	20.501
Realização da remuneração baseada em ações	-	-	(4.884)	-	4.884	-	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	5.806	-	-	-	-	-	5.806	-	5.806
Ajuste dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)	-	(5)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(100.487)	-	-	-	(100.487)	-	(100.487)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	67.419	-	(67.419)	-	-	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	2
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(41.108)	(41.108)	457	(40.651)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(41.108)	41.108	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.569.625	(115.978)	35.236	(69.566)	(38.206)	18.791	105.616	-	2.505.518	20.958	2.526.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do exercício		(41.108)	(9.593)	(40.651)	(9.593)
Ajustes:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7/26	-	-	85.528	47.435
Atualização (reversão) depósito judicial	22	1	(3)	869	(2.648)
Depreciação e amortização	12/13/15/26	17.586	12.181	88.303	66.319
Amortização direito de uso de arrendamentos	14/26	384	500	61.522	56.774
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/15	58	2.208	10.085	3.215
Baixa direito de uso de arrendamentos	14	-	-	(899)	923
Equivalência patrimonial	12	(37.621)	(56.672)	3.585	2.463
Perda com investimento		75	-	-	-
Provisão por impairment	12/15/26	692	-	61.556	
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos		27.195	28.693	30.806	29.521
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22	(94)	(303)	22.186	3.209
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	28	-	-	27.286	10.583
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	14/28	311	318	76.181	66.511
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	14	(29)	-	(6.366)	-
Receita com ajuste a valor presente financiamento Ampliar e Pravalor	25	-	-	236	(1.526)
Atualização de empréstimos a terceiros		(505)	(290)	(2.377)	(2.876)
Remuneração baseada em ações		3.031	1.000	5.806	1.000
Valor justo com derivativos		903	1.896	903	1.898
Valor Justo Earn Out		-	-	(1.475)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	83	-	4.306	3.271
		(29.038)	(20.065)	427.390	276.479
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		40.214	(33.429)	(234.128)	(84.226)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		256	(2.521)	3.161	2.063
Redução (aumento) de depósitos judiciais	22	19	(39)	(8.484)	(9.133)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		(2.976)	5.552	(3.263)	5.018
Redução (aumento) de outros ativos		(36.515)	(1.046)	(38.670)	(2.856)
(Redução) aumento de fornecedores		(1.472)	503	8.939	(1.344)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		6.177	1.324	(4.667)	5.525
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	-	7.312	99
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	6.614	(191)
(Redução) aumento de títulos a pagar		-	-	-	(1.273)
(Redução) aumento de provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	22	(34)	(70)	(4.414)	(7.196)
(Redução) aumento de outros passivos		(904)	(897)	(5.334)	(4.446)
		4.765	(30.623)	(272.934)	(97.960)
Juros pagos		(29.227)	(16.977)	(29.541)	(18.381)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(387)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(53.500)	(67.665)	124.528	160.138
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Concessões		(5.395)	(3.655)	-	(1)
Recebimentos		2.837	3.640	-	19
Aumento de capital em controlada		(559.156)	(241.038)	(6.283)	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	-	(148.442)	(44.565)
Direitos de empréstimos em aquisições futura		(187.065)	(20.050)	(323.384)	(120.176)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio		-	-	(25.025)	(29.370)
Aplicação de aplicações financeiras		(955.554)	(84.199)	(1.036.384)	(58.091)
Rendimento de aplicações financeiras		(13.983)	(1.987)	(17.245)	(7.027)
Compra de ativo imobilizado	13	(1.538)	(1.491)	(71.491)	(82.666)
Compra de ativo intangível	15	(36.596)	(24.104)	(49.072)	(33.114)
Dividendos recebidos		33.971	79.540	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(1.722.479)	(293.344)	(1.677.326)	(374.991)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Captações		5.490	32.988	-	2
Amortizações		(16.624)	(18.749)	(3.748)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Captações		161.638	497.805	161.685	497.805
Amortizações		(192.842)	(223.447)	(210.982)	(226.373)
Ganho (perda) com derivativos	28	3.233	1.341	3.233	1.513
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		-	-	(89.885)	(25.001)
Pagamento de arrendamento	14	(561)	(674)	(96.262)	(100.513)
Aumento de capital		1.930.875	-	1.930.875	-
Ações em tesouraria		(100.487)	-	(100.487)	-
Dividendos pagos		-	(535)	-	(535)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		1.790.722	288.729	1.594.429	146.898
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALÊNTES DE CAIXA		14.743	(72.280)	41.631	(67.955)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.357	75.637	31.552	99.507
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	18.100	3.357	73.183	31.552
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		14.743	(72.280)	41.631	(67.955)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	25	7.460	-	1.468.876	1.220.097
Outras receitas		900	3.038	18.815	14.619
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	-	-	(85.528)	(47.435)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		-	-	(12.897)	(16.086)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.288)	(5.221)	(327.774)	(233.872)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		72	(2.183)	1.061.492	937.323
Depreciação e amortização	26	(17.881)	(12.681)	(149.824)	(123.093)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO					
		(17.809)	(14.864)	911.668	814.230
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12	37.621	56.672	(3.585)	(2.463)
Receitas financeiras	28	18.543	5.377	45.585	27.006
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		38.355	47.185	953.668	838.773
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					
		38.355	47.185	953.668	838.773
Pessoal					
Remuneração direta		22.747	17.451	503.773	438.941
Remuneração baseada em ações		3.555	1.006	7.789	1.002
Benefícios		1.147	448	33.526	28.960
FGTS		1.147	788	51.436	52.332
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		5.116	3.055	129.957	114.922
Estaduais		-	-	14	79
Municipais		374	4	50.598	42.754
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	28	45.251	33.995	200.109	153.298
Aluguéis		126	31	17.117	16.078
Remuneração de capitais próprios					
		(41.108)	(9.593)	(40.651)	(9.593)
Prejuízo líquido do exercício retido		(41.108)	(9.593)	(41.108)	(9.593)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	457	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., (“ÂNIMA” ou “Companhia”), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participações direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino em níveis fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos a distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima Holding S.A. e suas controladas doravante serão referidas como “Grupo” para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e são interrompidas a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha participações nas seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto e também nas seguintes coligadas:

	Participação %	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Controladas diretas</u>		
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")	100	100
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	100	100
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")	100	100
PGP Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")	100	100
Dysgu Educacional Ltda ("Dysgu")	100	100
Insegnare Educacional Ltda ("Insegnare")	100	100
A2S Tecnologia para Educação Ltda ("A2S")	100	-
<u>Controladas indiretas</u>		
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")	100	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	100	100
Cesuc Educação Ltda ("Cesuc")	100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda ("Catalana")	100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda ("Ages")	100	100
VIDAM Empreendimentos Educacionais Ltda ("Vidam")	100	100
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda ("Unicuritiba")	100	-
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda ("Inovattus")	100	-
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda ("Faseh")	74	-
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S/A ("UniFG")	55	-
Room Sistemas Interativos Ltda ("Medroom")	100	-
<u>Controlada em conjunto (joint venture)</u>		
Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB")	50	50
<u>Coligada</u>		
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")	10	10
Educa Itapevi	18	-
Singularity Education Group ("Singularity")	4	-

2.4 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não inclui os resultados integrais das investidas Ages e Vidam, que passaram a ser consolidadas a partir de 5 de agosto de 2019. Também não estão incluídos os resultados integrais das investidas Unicuritiba, Faseh/Inovattus, UniFG, A2S e Medroom, que passaram a ser consolidadas a partir de fevereiro de 2020, maio de 2020, julho de 2020, agosto de 2020 e novembro de 2020, respectivamente.

A leitura das informações contábeis deve considerar esses aspectos.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2020 que possuem maior relevância no contexto da leitura das demonstrações financeiras:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado		Resultado anterior ao Consolidado	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Unicuritiba	10/02/2020	62.288	(3.143)	6.251	2.905
Faseh	07/05/2020	37.555	7.402	18.772	(10.267)
Inovattus	07/05/2020	-	4.068	-	(9.162)
Unifg	01/07/2020	28.073	(3.310)	35.711	(9.277)
Medroom	19/11/2020	6	(32)	1.135	(2.862)

2.5 Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional e também de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 –

“Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.8 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de março de 2021.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Políticas contábeis e declaração de relevância

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Controladora e suas Controladas.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

3.2 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

Esses julgamentos e estimativas relevantes estão relacionados a provisão para perdas estimadas em créditos, reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, contratos de arrendamento, avaliação de perdas do valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para riscos (notas explicativas nº 7, 10, 14, 15 e 22, respectivamente).

A partir de 01 de janeiro de 2020, a Companhia e suas controladas optaram por alterar a estimativa contábil de amortização do intangível “Marcas”, conforme previsto pelo CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Tal alteração reflete o entendimento da Administração de que as marcas precisam de manutenção constante para garantir seu perfil e posicionamento perante o mercado e seu valor perante a concorrência. Por este motivo, a Companhia e suas controladas passaram a adotar, a partir de 01 de janeiro de 2020, vida útil estimada de 30 anos para suas marcas, antes considerada como indefinida. Apesar da mudança de vida ser um indicativo de *impairment* conforme previsto na norma contábil, os testes de avaliação do valor recuperável realizados em 31 de dezembro de 2020 não resultaram em reconhecimento de perdas adicionais por *impairment*, além daquelas já reconhecidas em 31 de março de 2020 referentes à UGC HSM.

3.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID 19

a) Contexto geral

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo vêm adotando várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas possa ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais têm lançado mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica que já se apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil continuam sendo publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declara o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que segue em vigor. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscam restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medidas de assistência governamental

Com o objetivo de apoiar as empresas no combate a pandemia, seguem abaixo as medidas de apoio econômico e financeiro ofertadas pelos governos e adotadas pela Companhia e suas controladas:

- Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020 – conforme MP 139/2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020 – conforme MP 927/2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 – conforme MP 932/2020;
- Isenção do Imposto para Operações Financeiras ("IOF") para empréstimos e financiamentos conforme Decretos que alteraram o Decreto 6.306/2007 consecutivamente como segue: Decreto 10.305/2020 de 1º de abril de 2020 de operações contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020, decreto 10.504 de 2 de outubro de 2020 de operações contratadas entre 3 de abril de 2020 e 31 de dezembro de 2020, decreto 10.551/2020 de 25 de novembro de 2020 de operações contratadas entre 3 de abril de 2020 e 26 de novembro de 2020 e por último o decreto 10.572 de 11 de dezembro de 2020 de operações contratadas entre 15 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

Essas medidas, possuem caráter temporário e visam mitigar possíveis impactos da pandemia para o período. Por essa razão não impactam no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia para o exercício de 2020.

Além das medidas acima indicadas, a Companhia e suas controladas estão analisando cuidadosamente todas as novas diretrizes políticas governamentais em resposta à pandemia que tragam novas possibilidades de alívio financeiro aos contribuintes,

tendo em conta medidas que possam estender os efeitos das normas adotadas, incluir novas reduções ou postergações de valores a receber pela prestação de seus serviços.

c) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia e suas controladas adotaram diversas medidas para mitigar os efeitos da pandemia e manutenção de suas atividades. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- Constituição, em março de 2020, de um Comitê de Prevenção e Cuidado, composto por líderes do alto escalão, bem como pessoas designadas para cuidar exclusivamente do tema e adoção de protocolos de ação objetivos com comunicações diárias a nossos educadores e educadoras, bem como aos nossos estudantes e que já tem pauta fixa semanal nas reuniões de Diretoria da Companhia;
- O modelo acadêmico híbrido nos permitiu que 100% da nossa base de cerca de 140 mil alunos (que já inclui os alunos da co-gestão com a Unisul) sigam vivendo sua experiência acadêmica a partir de suas casas, em um cenário de aprendizagem que usa a tecnologia como ferramenta de aprimoramento desse encontro entre professores e alunos;
- Nossos educadores e educadoras, continuam preservados e, sem nenhum prejuízo das atividades, seguem trabalhando remotamente, com exceção apenas das equipes de segurança e manutenção, em regime de escala para garantir a integridade das nossas instalações.
- Como reportamos, estamos mantendo a parceria com a Mapfre Seguros e seguimos oferecendo, sem qualquer custo adicional, um seguro educacional que, em casos de perda de renda decorrente da perda involuntária de emprego ou incapacidade física total temporária por doença ou acidente do responsável financeiro, poderá garantir o pagamento de até 3 mensalidades. Em caso de falecimento do responsável financeiro a garantia se estenderá para até 12 mensalidades, sempre dependendo de serem atendidas as regras de cobertura e condições do seguro. O custo para a Companhia é de um percentual da mensalidade da base de alunos.
- Continuamos também ofertando duas novas modalidades de financiamentos para alunos com rendimento acadêmico igual ou superior a 70%: financiamento de 50% da mensalidade para alunos sem garantidor e 75% de financiamento para aqueles que oferecerem um garantidor. Nessas duas novas alternativas o risco é compartilhado: a Companhia assume o risco no primeiro ano da formação dessa carteira e, dependendo do comportamento dos financiados, após esse período limitado, o PraValer assume o risco.
- O canal de contato para que pessoas que têm se sentido fragilizadas possam compartilhar suas ansiedades continua em plena atividade, contando com uma equipe preparada de profissionais que tem contribuído nos aspectos que envolvem a saúde mental de todos os nossos alunos e alunas.
- Elaboramos todos os protocolos de retorno de atividades presenciais e estamos prontos para retomá-las assim que os contextos e autoridades locais permitirem.

d) Impacto nas informações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19 e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

- Reconhecimento de receita: Não tivemos impacto em nosso reconhecimento de receita, uma vez que nossos alunos estão tendo aulas normalmente através de nossas tecnologias digitais;

- Arrendamento financeiro: Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados. Para 31 de dezembro de 2020, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- Risco de crédito (contas a receber de alunos): Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- Perdas esperadas no contas a receber: Para 31 de dezembro de 2020, já fizemos um incremento no reconhecimento para fins de perdas esperadas com créditos com alunos. Como divulgamos acima, implementamos medidas preventivas na busca de reverter parte do impacto da PDD nos nossos resultados e buscando equilibrar retenção e sustentabilidade, de forma a possibilitar a continuidade dos estudos para o maior número de estudantes. Embora o conjunto desses esforços esteja nos trazendo sinais positivos referentes à rematrícula, a inadimplência continua sendo motivo de cuidado, dada a incerteza do ambiente macroeconômico, o que exige de nós atenção redobrada, além da continuidade e intensificação das iniciativas citadas acima;
- Redução ao valor recuperável de ativos: Atualizamos o teste de *impairment* para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos *In Company* os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Companhia registrou R\$ 61.556 como perda por *impairment*, na data-base de 31 de março de 2020 e que reflete também em 31 de dezembro de 2020.

e) Continuidade operacional

Mesmo diante de tantas incertezas trazidas por esta pandemia, a Administração da Companhia tomou medidas de continuidade de suas atividades, mantendo as aulas para seus quase 140 mil alunos (que já inclui os alunos da co-gestão com a Unisul), mantendo os postos de trabalho de home office a todo o corpo administrativo e medidas de proteção ao caixa, tudo isto para proteger e manter a continuidade das atividades da empresa.

4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)

As seguintes alterações de normas entraram em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro";
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios";
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros";
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos".

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia, exceto em relação às alterações do IFRS 16/CPC 06 (R2), cujos impactos estão mencionados na Nota 14.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

Política contábil

São registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

5.1 Composição preço de compra

	2019		2020				
	<u>Ages/Vidam</u>	<u>Ages/Vidam</u>	<u>Unicuritiba</u>	<u>Faseh Inovattus</u>	<u>UniFG</u>	<u>Medroom</u>	
Data de aquisição	<u>05/08/2019</u>	<u>05/08/2019</u>	<u>10/02/2020</u>	<u>07/05/2020</u>	<u>01/07/2020</u>	<u>19/11/2020</u>	<u>Total</u>
Composição do preço de compra e do ágio							
Pagamento antecipado	-	-	-	-	20.050	-	20.050
Pagamento à vista	44.758 (i)	-	109.267 (v)	36.941 (vii)	26.000 (x)	8.242 (xiii)	180.450
Pagamentos parcelados	5.000 (ii)	-	8.038 (vi)	55.904 (viii)	17.800 (xi)	3.000 (xiv)	84.742
Earn-out	50.000 (iii)	-	-	63.500 (ix)	44.000 (xii)	12.350 (xv)	119.850
Pagamento em ações da Companhia	35.000	-	20.000	-	-	-	20.000
Valor nominal da aquisição	<u>134.758</u>	<u>-</u>	<u>137.305</u>	<u>156.345</u>	<u>107.850</u>	<u>23.592</u>	<u>425.092</u>
(-) Ajuste a valor presente	(1.526)	-	-	(21.328)	(13.705)	(4.039)	(39.072)
Valor presente da aquisição	<u>133.232</u>	<u>-</u>	<u>137.305</u>	<u>135.017</u>	<u>94.145</u>	<u>19.553</u>	<u>386.020</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	7.549	(31.712) (iv)	29.753	16.686	8.459	(4.712)	18.474
Ágio gerado na aquisição	<u>125.683</u>	<u>31.712</u>	<u>107.552</u>	<u>118.331</u>	<u>85.686</u>	<u>24.265</u>	<u>367.546</u>
Composição do caixa líquido na aquisição							
Contrapartida paga em caixa à vista	44.758	-	109.267	36.941	26.000	8.242	180.450
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(1.041)	-	(5.473)	(20.111)	(6.020)	(304)	(31.908)
Valor presente pago	<u>43.717</u>	<u>-</u>	<u>103.794</u>	<u>16.830</u>	<u>19.980</u>	<u>7.938</u>	<u>148.542</u>

- (i) Pago em 5 de agosto de 2019.
- (ii) Pago em 7 de outubro de 2019.
- (iii) Pagamentos de R\$ 15.000 em 20 de janeiro de 2020 e R\$ 25.000 em 13 de março de 2020, permanecendo ainda o valor de R\$ 10.000 em aberto classificado como "títulos a pagar" (R\$ 8.475 a valor presente em 31 de dezembro de 2020).
- (iv) Complemento de mensuração dos ativos e passivos adquiridos da Ages/Vidam, referentes a saldos de FGEDUC, imobilizado, intangível e bolsa Predu existentes no balanço de abertura, realizado em 2020 (dentro do período de mensuração permitido pela norma).
- (v) Pagamento de R\$ 109.267 (R\$ 104.500 à vista e R\$ 4.767 em 11 de março de 2020).
- (vi) Pagamento de R\$8.038 em 27 de maio de 2020 devido à variação do preço das ações da Companhia entre a data de fechamento da operação e a de disponibilização das ações aos vendedores.
- (vii) Pagos entre os meses de março e junho de 2020.
- (viii) Pagamentos no montante de R\$4.854 em julho de 2020 e mais duas parcelas de R\$25.525 a serem pagas em 12 e 24 meses contados do fechamento da compra, corrigidas pelo INPC.
- (ix) Earn-out, da ordem de até R\$ 63.500, a ser pago em até 36 meses, dependendo do atingimento de resultados, metas e condições futuras.
- (x) Pagamento de R\$ 26.000 em 31 de agosto de 2020.
- (xi) Pagamentos de R\$ 11.500 em 23 de dezembro de 2020, permanecendo ainda em aberto o valor de R\$ 6.300 classificado como "títulos a pagar".
- (xii) Do montante de R\$ 44.000, foram pagos R\$ 6.500 em 23 de dezembro de 2020, a título de antecipação, permanecendo em aberto o montante de R\$ 37.500 a ser pago até 1 de julho de 2023 conforme cumprimento de metas operacionais.
- (xiii) Pagamento de R\$ 4.557 em 30 de novembro de 2020 e R\$ 3.685 divididos em seis parcelas anuais corrigidas pelo INPC, sendo a primeira em novembro de 2021.
- (xiv) Pagamento de R\$ 3.000 realizado em novembro de 2020, pelos ativos conversíveis em ações.
- (xv) Earn-out de até R\$ 12.350 a serem pagos da seguinte forma: R\$ 4.350 em 30 de janeiro de 2025 e R\$ 8.000 em 30 de janeiro de 2026, conforme cumprimento de metas operacionais.

5.2 Valor justo das aquisições

	2019			2020	
Valor de livros	Ages / Vidam	Unicuritiba	Faseh / Inovattus	UniFG	Medroom
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.041	5.473	20.111	6.020	304
Outros ativos circulantes	820	7.802	2.564	7.652	1.010
Ativos não circulantes	210	252	1.053	62.088	103
Imobilizado	6.520	2.976	3.705	7.389	219
Intangível	19	385	524	-	-
Passivos					
Circulantes	48.934	12.351	26.039	47.308	6.348
Não circulantes	27.724	2.386	3.886	37.631	-
Participação de minoritários	-	-	474	(806)	-
	(68.048)	2.151	(2.442)	(984)	(4.712)

	2019		2020		
	Ages / Vidam	Unicuritiba	Faseh / Inovattus	UniFG	Medroom (i)
<u>Alocação dos valores justos</u>					
Ativos					
Intangível					
Carteira de clientes	11.928	-	5.692	3.984	-
Licença	37.611	23.858	33.602	22.030	-
Marca	16.954	17.966	-	-	-
Passivos					
IR/CS diferido passivo	(22.608)	(14.222)	(13.360)	(8.845)	-
Participação de minoritários	-	-	(6.806)	(7.726)	-
	43.885	27.602	19.128	9.443	
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	(24.163)	29.753	16.686	8.459	(4.712)

- (i) Com relação à Medroom, a alocação do preço de compra está dentro do prazo permitido pela norma, a ser completado em até um ano após a aquisição.

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

O caixa e as aplicações são reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base *pro rata temporis*, não superiores aos valores de realização.

A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	437	60	17.156	11.795
Aplicações financeiras - Operações	17.663	3.297	56.027	19.757
Total do caixa e equivalentes de caixa	18.100	3.357	73.183	31.552
Aplicações financeiras - Investimento	1.056.301	86.764	1.204.671	151.042
Total das aplicações financeiras	1.056.301	86.764	1.204.671	151.042

Os valores de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras – investimento, são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos, com liquidez imediata, que têm por objetivo investir em ativos financeiros de renda fixa, de baixo risco, que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. No entanto, tendo em vista as atuais condições de mercado (volatilidade e baixo nível de taxa de juros), a rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentuais entre (-235,88%) e 249,03% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

O saldo de contas a receber representa os valores nominais dos títulos acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para perdas estimadas, que, por sua vez, é calculada em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes.

Julgamento e estimativas contábeis

A provisão para perdas estimadas em crédito é apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de suas atividades, considerando os riscos envolvidos. A Companhia constitui mensalmente a provisão para perdas estimadas de crédito analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso.

A Companhia e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber mensalidades (a)	363.015	230.339
FIES - Financiamento estudantil (b)	80.830	31.730
Financiamentos (c)	58.033	48.444
Eventos	12.304	12.449
Aluguéis, serviços e outros	50.920	30.108
Total	565.102	353.070
Provisão para perdas estimadas - exceto FIES (d)	(156.667)	(114.229)
Provisão para perdas estimadas - FIES (e)	(29.457)	(25.495)
Total	(186.124)	(139.724)
Total geral contas a receber	378.978	213.346
Ativo circulante	343.602	213.346
Ativo não circulante (f)	35.376	-

- (a) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (b) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidos de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Referem-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas

de financiamento podem variar entre 0 e 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, mais correção pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos os financiamentos relativos ao Pravalor Gestão, Fiages (AGES) e Unimais (Unicuritiba).

- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.
- (e) As controladas da Companhia constituem provisões para perdas estimadas para os valores gerados no âmbito do FIES. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado.
- (f) Referem-se aos valores financiados conforme detalhado na letra "c" com vencimento acima de um ano.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2020					
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	80.830	(2.809)	-	78.021	20,59%
Perda de crédito FIES	-	(26.648)	-	(26.648)	(7,03%)
Cartão de crédito	34.135	-	-	34.135	9,01%
A vencer					
De 0 a 360 dias	137.506	(21.357)	15,53%	116.149	30,65%
Mais de 360 dias	37.819	(2.901)	7,67%	34.918	9,21%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	102.724	(28.024)	27,28%	74.700	19,71%
De 91 a 180 dias	54.769	(17.335)	31,65%	37.434	9,88%
De 181 a 360 dias	50.952	(29.841)	58,57%	21.111	5,57%
De 361 a 720 dias	66.367	(57.209)	86,20%	9.158	2,42%
Total	<u>565.102</u>	<u>(186.124)</u>	<u>32,94%</u>	<u>378.978</u>	<u>100%</u>

- (*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

Consolidado					
31/12/2019					
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
FIES					
A vencer	31.730	-	-	31.730	14,87%
Vencido	-	-	-	-	-
Perda de crédito FIES	-	(25.495)	-	(25.495)	(11,95%)
Cartão de crédito	29.010	-	-	29.010	13,60%
A vencer	103.814	(9.602)	9,25%	94.212	44,16%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	59.129	(15.053)	25,46%	44.076	20,66%
De 91 a 180 dias	27.115	(9.830)	36,25%	17.285	8,10%
De 181 a 360 dias	38.786	(24.505)	63,18%	14.281	6,69%
De 361 a 720 dias	63.486	(55.239)	87,01%	8.247	3,87%
Total	353.070	(139.724)	39,57%	213.346	100%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios é como segue:

Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	139.724	127.193
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	85.528	47.435
Combinação de negócio UNICURITIBA	10.222	-
Combinação de negócio FASEH	1.832	-
Combinação de negócio UniFG	3.362	-
Combinação de negócio FACED	-	205
Títulos baixados no exercício (i)	(54.544)	(35.109)
Saldo final	186.124	139.724

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	2.841	3.235	7.515	12.143
Funcionários	637	499	17.470	15.627
Total	3.478	3.734	24.985	27.770
Ativo circulante	3.478	3.734	24.985	27.770

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRRF (a)	3.706	730	11.742	8.158
PIS/COFINS/CSLL	49	49	5.117	4.524
Antecipação de IRPJ/CSLL (b)	-	-	2.684	2.520
Outros	-	-	1.580	1.735
Total	3.755	779	21.123	16.937
Ativo circulante	2.698	779	5.880	4.088
Ativo não circulante	1.057	-	15.243	12.849

- (a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.
- (b) Referem-se, principalmente, a valores a compensar, relativos às antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada UNA GP, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil) em 2014. O processo de restituição encontra-se em tramitação interna na RFB e já houve manifestação da mesma, por meio de um despacho decisório emitido em 08 de maio de 2018 deferindo, nos termos do relatório e fundamentos do despacho ora emitido, o pedido de restituição do crédito, acrescido de juros nos termos do §4º do art. 39 da Lei 9.250/95, observados os artigos 61 a 66 da IN 1300/2012.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

Política contábil

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitadas a 30% do lucro real.

As controladas (diretas e/ou indiretas) Brasil, IEDUC, Unimonte, Sociesc, Faceb, Politécnico, Catalana, Ages, Vidam, Unicuritiba, Faseh e UniFG calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social considerando, ainda, os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados utilizando as alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos.

Julgamento e estimativas contábeis

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros, ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios, limitados a 30%.

Adicionalmente, considerando os eventuais riscos associados a eventual descontinuidade dos benefícios e isenções anteriormente mencionados, os saldos de passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%.

10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 419.253 (R\$ 257.158, em 31 de dezembro de 2019) e, no consolidado, o montante de R\$ 659.319 (R\$ 463.039, em 31 de dezembro de 2019), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Consolidado		
	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
	31/12/2019	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo
			31/12/2020
Imposto de renda	1.165	3.285	(3.346)
Contribuição social	419	1.184	(1.206)
Total	1.584	4.469	(4.552)

	Consolidado		
	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
	31/12/2018	Constituição de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo
			31/12/2019
Imposto de renda	1.165	5.041	(5.041)
Contribuição social	419	1.815	(1.815)
Total	1.584	6.856	(6.856)

Passivo - Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e do custo atribuído dos imóveis realizado em 2009.
- (ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

(iii) Impostos e contribuições calculados sobre a parcela dos ágios amortizados para fins fiscais.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários diferidos ativos.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi como segue:

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação			
	31/12/2019	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Compensação com imposto diferido ativo	
Imposto de renda	51.519	29.516	6.140	(3.346)	83.829
Contribuição social	18.546	8.446	2.211	(1.206)	27.997
Total	70.065	37.962	8.351	(4.552)	111.826

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação			
	31/12/2018	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Compensação com Imposto diferido ativo	
Imposto de renda	32.752	16.361	7.447	(5.041)	51.519
Contribuição social	11.791	5.890	2.680	(1.815)	18.546
Total	44.543	22.251	10.127	(6.856)	70.065

10.2. Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes de IR e CS	(41.025)	(9.593)	(36.345)	(6.322)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	13.949	3.262	12.357	2.149
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	12.791	19.269	(1.219)	(837)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	77.418	49.842
Créditos tributários não constituídos	(55.112)	(23.031)	(66.044)	(34.584)
Gastos com emissão de ações	29.695	-	29.695	-
Outras adições e exclusões	(1.406)	500	(56.513)	(19.841)
Imposto de renda e contribuição social calculado	(83)	-	(4.306)	(3.271)
IR e CS corrente no resultado do exercício	-	-	(166)	-
IR e CS diferido no resultado do exercício	(83)	-	(4.140)	(3.271)
Ativo	83	-	4.211	6.856
Passivo	-	-	(8.351)	(10.127)

(a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

11. DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento aquisição Unisul (a)	7.000	-	210.577	-
Empréstimos Unisul (a)	-	-	-	80.126
Opção de compra Unisul (a)	-	-	20.000	20.000
Reembolsáveis por alienantes (b)	-	-	87.850	21.826
Empréstimos a terceiros (c)	-	-	18.014	15.601
Adiantamento aquisição ativos da Laureate (d)	180.000	-	180.000	-
Outros direitos UniFG (e)	-	20.050	-	20.050
Total	187.000	20.050	516.441	157.603
Ativo circulante	187.000	20.050	413.199	21.302
Ativo não circulante	-	-	103.242	136.301

- (a) Referem-se à opção de compra e aos empréstimos, que foram convertidos em adiantamento para aquisição, conforme Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, assinado entre a controlada indireta "Sociesc" e a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, por meio do qual foi concedido à Companhia o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, sediada na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no Contrato. A Companhia e sua controlada "Sociesc" exerceram seu direito de compra em 20 de janeiro de 2021, conforme informado na nota explicativa 35;
- (b) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, HSM Brasil, IEDUC, Faceb, Catalana, Poli, Ages/Vidam, Unicuritiba e UniFG, provenientes de processos judiciais, parcelamentos fiscais e contingências pagos ou provisionados pelas controladas da Companhia que, por força de contrato, são de responsabilidade dos antigos controladores;
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m.;
- (d) Refere-se ao valor pago a Ser Educacional a título de indenização do Go Shop na transação de aquisição dos ativos da Laureate. O valor irá compor a contraprestação em conexão com a combinação de negócios para aquisição da Laureate, a qual se encontra em condição suspensiva até a aprovação da operação pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica conforme mencionado na nota explicativa 34.
- (e) Refere-se a opção de compra e pagamento como garantia, conforme Instrumento Preliminar de Opção de Compra celebrado em 12 de novembro de 2019, a ser compensado com o preço de aquisição de participação na data de fechamento da aquisição da UniFG, a qual foi concretizada em 01 de julho de 2020.

12. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos nas sociedades controladas e controlada em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As principais demonstrações financeiras das controladas, controlada em conjunto e minoritários estão demonstradas a seguir:

31/12/2020

	Controladas diretas										Controlada em conjunto	
	IEDUC	Brasil	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	HSM Brasil	PGP Educação	SOBEPE	Dysgu Educacional	Insegnare Educacional	A2S	LCB
Balanco patrimonial												
Ativo circulante	129.409	224.892	14.437	19.030	33.415	13.719	329.660	409	865	13.440	1.408	3.648
Ativo não circulante	133.576	955.994	165.367	49.890	118.549	70.599	314.580	194.371	24.579	212.730	6.227	14.574
Passivo circulante	44.729	191.678	14.338	9.288	17.029	15.657	45.435	4.842	1.825	26.743	948	10.997
Passivo não circulante	54.074	462.379	46.783	15.766	66.668	28.618	231.916	8.474	11.069	123.008	75	6.459
(-) Controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	383
(-) Participação dos acionistas não controladores	-	2.421	-	-	-	-	-	-	-	(4.006)	-	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	164.182	524.408	118.683	43.866	68.267	40.043	366.889	181.464	12.550	80.425	6.612	383
Resultado												
Receita líquida	247.459	596.066	62.704	63.205	64.919	27.018	246.898	85.641	6	28.073	-	5.706
Custo de serviços prestados	(99.363)	(296.516)	(45.680)	(27.591)	(34.837)	(14.342)	(121.289)	(32.277)	-	(13.253)	(5)	(5.882)
Despesas operacionais	(63.356)	(235.882)	(15.231)	(19.193)	(20.727)	(67.169)	(96.891)	(31.788)	(47)	(11.228)	(1.621)	(5.259)
Resultado financeiro	(4.060)	(58.163)	(4.049)	(4.352)	(11.610)	(1.377)	(26.923)	(5.490)	(349)	(11.466)	22	(1.735)
IR/CS diferido/corrente	-	(6.432)	492	(184)	59	(806)	(477)	3.212	-	(81)	(6)	-
Participação em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.585)
(-) Participação dos acionistas não controladores	-	(1.947)	-	-	-	-	-	-	-	1.490	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	80.680	(2.874)	(1.764)	11.885	(2.196)	(56.676)	1.318	19.298	(390)	(6.465)	(1.610)	(3.585)

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores (participação dos minoritários):

	31/12/2020	
	Participação dos minoritários	
	Faseh/ Inovattus	UniFG
Balanco patrimonial		
Ativo circulante	16.673	13.439
Ativo não circulante	8.507	116.906
Passivo circulante	12.022	26.699
Passivo não circulante	3.955	94.746
(-) Participação dos acionistas não controladores	1.947	(1.490)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	7.256	10.390
Resultado		
Receita líquida	37.555	28.073
Custo de serviços prestados	(18.440)	(13.253)
Despesas operacionais	(10.570)	(11.072)
Resultado financeiro	(1.081)	(6.977)
IR/CS diferido/corrente	(62)	(81)
(-) Participação dos acionistas não controladores	(1.947)	1.490
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.455	(1.820)

Controladora

	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Amortização	Transferência	Provisão por Impairment	Combinação de negócios / Recebimento de quotas	Saldo em 31/12/2020
Ativo										
IEDUC	103.443	-	80.680	229	(20.170)	-	-	-	-	164.182
Brasil	444.432	81.508	(2.874)	1.342	-	-	-	-	-	524.408
VC Network	85	120.362	(1.764)	-	-	-	-	-	-	118.683
Unimonte	56.016	1.300	11.885	73	(25.408)	-	-	-	-	43.866
PGP Gestão	56.676	13.730	(2.196)	57	-	-	-	-	-	68.267
HSM Brasil	60.562	15.180	(56.676)	233	-	-	20.744	-	-	40.043
PGP Educação	187.222	177.824	1.318	525	-	-	-	-	-	366.889
SOBEPE	106.882	59.803	19.298	305	(4.824)	-	-	-	-	181.464
Dysgu Educacional Insegnare Educacional	-	12.940	(390)	-	-	-	-	-	-	12.550
A2S	-	86.890	(6.465)	-	-	-	-	-	-	80.425
LCB	-	8.297	(1.610)	-	-	-	-	-	(75)	6.612
LCB	(2.279)	6.234	(3.585)	13	-	-	-	-	-	383
Ágio e alocações	99.117	-	-	-	-	(813)	(20.744)	(692)	19.448	96.316
Total	1.112.156	584.068	37.621	2.777	(50.402)	(813)	-	(692)	19.373	1.704.088

Controladora e Consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2019
Ativo							
IEDUC	101.386	-	73.409	-	(71.352)	-	103.443
Brasil	464.925	-	(20.489)	(4)	-	-	444.432
VC Network	85	-	-	-	-	-	85
Unimonte	46.597	-	12.353	-	(2.934)	-	56.016
PGP Gestão	41.510	21.320	(6.154)	-	-	-	56.676
HSM Brasil	64.168	4.560	(8.166)	-	-	-	60.562
PGP Educação	70.768	109.566	6.888	-	-	-	187.222
SOBEPE	(4)	105.592	1.294	-	-	-	106.882
Valor justo alocado	29.919	-	-	-	-	-	29.919
Ágio	35.026	-	-	-	-	34.172	69.198
Sub-total	854.380	241.038	59.135	(4)	(74.286)	34.172	1.114.435
(Passivo)							
LCB	184	-	(2.463)	-	-	-	(2.279)
Sub-total	184	-	(2.463)	-	-	-	(2.279)
Total	854.564	241.038	56.672	(4)	(74.286)	34.172	1.112.156

Consolidado

	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital / Aporte inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Saldo em 31/12/2020
Singularity	-	10.392	-	-	10.392
LCB	(2.279)	6.234	(3.585)	13	383
Educa Itapevi	-	49	-	-	49
Total	(2.279)	16.675	(3.585)	13	10.824

13. IMOBILIZADO

Política contábil

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens, mencionadas nos quadros a seguir.

	Taxas anuais de depreciação	Controladora		
		31/12/2020		31/12/2019
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	7.157	(4.884)	2.273
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	5.399	(2.085)	3.314
Móveis e utensílios	10%	1.922	(890)	1.032
Máquinas e equipamentos	10%	971	(424)	547
Outros	10% e 20%	568	(502)	66
Imobilizado em andamento	-	161	-	161
Total		16.178	(8.785)	7.393

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado		
		31/12/2020		31/12/2019
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	224.879	(80.041)	144.838
Edificações	1,43% a 4%	46.224	(7.971)	38.253
Terrenos	-	28.395	-	28.395
Máquinas e equipamentos	10%	91.345	(63.467)	27.878
Biblioteca e videoteca	10%	57.232	(38.751)	18.481
Móveis e utensílios	10%	83.058	(51.332)	31.726
Computadores e periféricos	20%	83.982	(66.353)	17.629
Equipamentos de laboratório	10%	58.186	(11.718)	46.468
Outros	10% e 20%	31.247	(24.051)	7.196
Imobilizado em andamento	-	10.034	-	10.034
Total		714.582	(343.684)	370.898

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2019	Adições	Baixa	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/2020
Computadores e periféricos	1.812	1.312	(57)	(794)	2.273
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.664	-	-	(532)	3.314
Móveis e utensílios	1.139	73	-	(180)	1.032
Máquinas e equipamentos	628	13	-	(94)	547
Outros	90	4	-	(28)	66
Imobilizado em andamento	207	136	-	-	161
Total	7.540	1.538	(57)	(1.628)	7.393

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Baixa	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2019
Computadores e periféricos	2.000	737	(783)	(142)	-	1.812
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.742	-	(498)	-	420	3.664
Edificações	2.103	-	(78)	(2.025)	-	-
Móveis e utensílios	1.134	177	(172)	-	-	1.139
Máquinas e equipamentos	602	115	(89)	-	-	628
Outros	100	25	(35)	-	-	90
Imobilizado em andamento	190	437	-	-	(420)	207
Total	9.871	1.491	(1.655)	(2.167)	-	7.540

	Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2019	Adições	Combinação de negócio (iii)	Ajuste Combinação de negócio (iv)	Baixas	Depre- ciações	Transfe- rência	Saldo líquido em 31/12/2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	143.103	33	956	(5.705)	(4.854)	(20.592)	31.897	144.838
Edificações	40.467	-	-	-	-	(2.214)	-	38.253
Terrenos	28.396	-	20	-	(21)	-	-	28.395
Máquinas e equipamentos	31.246	3.372	6.229	(3.725)	(2.470)	(5.711)	(1.063)	27.878
Biblioteca e videoteca	23.165	151	1.968	(3.005)	(119)	(3.681)	2	18.481
Móveis e utensílios	32.405	5.115	4.734	(4.137)	(939)	(5.456)	4	31.726
Computadores e periféricos	17.760	6.323	300	(835)	(452)	(6.495)	1.028	17.629
Equipamentos de laboratórios	35.497	18.047	-	(1.991)	(155)	(4.930)	-	46.468
Outros	8.458	2.162	83	(1.842)	(291)	(1.564)	190	7.196
Imobilizado em andamento (ii)	6.590	36.288	-	-	(747)	-	(32.097)	10.034
Total	367.087	71.491	14.290	(21.240)	(10.048)	(50.643)	(39)	370.898

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2018	Adições	Combinaçã o de negócio (iii)	Baixas	Depre-ciações	Reclassi-ficação	Saldo líquido em 31/12/2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	101.593	1.093	5.223	(1)	(16.505)	51.700	143.103
Edificações	43.640	-	-	(2.025)	(1.129)	(19)	40.467
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	28.396
Máquinas e equipamentos	28.181	4.037	4.436	(158)	(5.077)	(173)	31.246
Biblioteca e videoteca	19.959	1.739	4.951	-	(3.474)	(10)	23.165
Móveis e utensílios	23.239	6.493	6.817	(15)	(4.210)	81	32.405
Computadores e periféricos	15.290	7.765	1.131	(142)	(6.392)	108	17.760
Equipamentos de laboratórios	19.398	17.458	1.957	(18)	(3.260)	(38)	35.497
Outros	5.764	1.976	3.243	(4)	(2.556)	35	8.458
Imobilizado em andamento (ii)	16.363	42.105	-	(194)	-	(51.684)	6.590
Total	301.823	82.666	27.758	(2.557)	(42.603)	-	367.087

(i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.

(ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

(iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição das empresas Unicuritiba, Faseh, UniFG, Medroom e aquisições das empresas Faced, Ages e Vidam, no ano de 2019.

(iv) Os ajustes na combinação de negócio referem-se a saldos da Ages e Vidam refletidas no balanço de abertura em 2020 (mencionado na NE 5.1).

13.1. Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais e alguns empréstimos. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$66.648 em 31 de dezembro de 2020 (R\$68.863, em 31 de dezembro de 2019) em tais processos.

14. DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Política contábil

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi aplicada pela Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. A abordagem escolhida foi de transição retrospectiva modificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Julgamento e estimativas contábeis

Os direitos de utilização por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

A Companhia e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) *spread* variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) *spread* variando de acordo com o prazo de utilização do ativo. Abaixo demonstramos, de forma desagregada por região de nossas operações, a taxa incremental, em termos nominais, para os prazos dos contratos:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	12,50%	10,50% a 12,75%	13,00%
Goiás	12,44%	12,69%	12,94%
Minas Gerais	10,37% a 12,37%	12,62%	12,87%
Santa Catarina	12,31%	12,56%	12,81%
Paraná	11,00% a 12,25%	12,50%	12,75%
Bahia	10,50% a 12,50%	11,00% a 12,75%	13,00%

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2019	2.445	2.589	-	531.538	555.233	-
Adição e remensuração	111	111	-	164.972	164.972	-
Baixa	-	-	-	(26.280)	(27.179)	899
Pagamento	-	(561)	-	-	(96.262)	-
Concessão pagamentos	-	(29)	29	-	(6.366)	6.366
Amortização	(384)	-	(384)	(61.522)	-	(61.522)
Despesa financeira	-	311	(311)	-	76.181	(76.181)
Saldo em 31/12/2020	<u>2.172</u>	<u>2.421</u>	<u>(666)</u>	<u>608.708</u>	<u>666.579</u>	<u>(130.438)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Mensuração inicial	2.857	2.857	-	477.972	477.972	-
Adição e remensuração	88	88	-	137.628	137.628	-
Baixa	-	-	-	(27.288)	(26.365)	(923)
Pagamento	-	(674)	-	-	(100.513)	-
Amortização	(500)	-	(500)	(56.774)	-	(56.774)
Despesa financeira	-	318	(318)	-	66.511	(66.511)
Saldo em 31/12/2019	<u>2.445</u>	<u>2.589</u>	<u>(818)</u>	<u>531.538</u>	<u>555.233</u>	<u>(124.208)</u>

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM divulgou o Ofício Circular 2/19, orientando aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras. Conforme exigência do CPC 06 (R2) apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
2022	359	48.256
2023	404	52.161
2024	454	52.184
Após 2024	885	473.547
Total	<u>2.102</u>	<u>626.148</u>

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 1,63% a 4,38% ao ano para 2020, 3,00% ao ano para

2021, 3,50% ao ano para 2022 e 3,25% para anos posteriores a 2023, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	2020		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	608.708	641.001	5,31%
Passivo de arrendamento	666.580	700.133	5,03%
Despesa de amortização	(61.970)	(65.096)	5,04%
Despesa financeira	(74.803)	(78.398)	4,81%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

Em decorrência da pandemia provocada pelo Covid-19, alguns benefícios têm sido concedidos em contratos de arrendamento ("concessões") aos arrendatários. Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou o IFRS 16 permitindo aos arrendatários contabilizarem os efeitos das concessões recebidas como pagamentos variáveis de arrendamentos, não sendo requerido analisar a necessidade de aplicação do tratamento contábil de modificação contratual previsto na norma e, portanto, lançando o efeito diretamente no resultado do exercício. Este expediente prático também foi aprovado pela CVM em 7 de julho de 2020 por meio da Deliberação CVM no. 859. Diante disso, a Companhia e suas controladas adotaram este expediente prático. Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de descontos concedidos para a Companhia é de R\$ 6.366, classificado no resultado como receita financeira, conforme nota explicativa nº 28.

15. INTANGÍVEL

Política contábil

São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças e ágio por rentabilidade futura, os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

A partir de 1 de janeiro de 2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 3, passamos a amortizar as marcas.

Julgamento e estimativas contábeis

Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

		Controladora			
		31/12/2020			31/12/2019
	Taxas anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares	20%	96.839	(38.761)	58.078	41.425
Total		96.839	(38.761)	58.078	41.425

		Consolidado				
		31/12/2020				31/12/2019
	Taxas anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido	
Ágio		839.713	(23.653)	-	816.060	472.167
Marcas e patentes	3,33%	178.037	(37.903)	(4.924)	135.210	159.227
Licença		195.879	-	-	195.879	116.389
Carteira de clientes	22% a 70%	65.580	-	(47.333)	18.247	11.719
Acordo de não competição	12%	2.098	-	(1.115)	983	1.231
Mailing list	38%	215	-	(215)	-	-
Total		1.281.522	(61.556)	(53.587)	1.166.379	760.733
Softwares	20%	139.470	-	(71.397)	68.073	46.312
Desenv. conteúdo EAD	33%	33.468	-	(22.205)	11.263	9.028
Credenciamento MEC	33%	5.473	-	(3.022)	2.451	1.746
Cessão de Uso	20%	1.403	-	(561)	842	1.122
Total		179.814	-	(97.185)	82.629	58.208
Total do intangível		1.461.336	(61.556)	(150.772)	1.249.008	818.941

A movimentação da controladora é:

		Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Aporte em controlada (i)	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2020
Softwares	41.425	36.596	(1)	(4.797)	(15.145)	58.078
Total	41.425	36.596	(1)	(4.797)	(15.145)	58.078

	Controladora				
	Saldo líquido em				Saldo líquido em
	31/12/2018	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2019
Softwares	27.888	24.104	(41)	(10.526)	41.425
Total	27.888	24.104	(41)	(10.526)	41.425

A movimentação consolidada é:

Consolidado								
	Saldo líquido em							Saldo líquido em
	31/12/2019	Adições	Baixa	Amorti-zação	Transfe-rência	Provisão por impairment	Combinação de negócio (ii)	31/12/2020
Ágio	472.167	-	-	-	-	(23.653)	367.546 (iii)	816.060
Marcas e patentes	159.227	-	-	(4.924)	-	(37.903)	52.412	168.812
Licença	116.389	-	-	-	-	-	45.888	162.277
Carteira de clientes	11.719	-	-	(6.977)	-	-	13.505	18.247
Acordo de não competição	1.231	-	-	(248)	-	-	-	983
Softwares	46.312	38.827	(25)	(17.918)	19	-	858	68.073
Desenv. conteúdo EAD	9.028	8.301	(5)	(6.081)	20	-	-	11.263
Credenciamento MEC	1.746	1.944	(7)	(1.232)	-	-	-	2.451
Cessão de uso	1.122	-	-	(280)	-	-	-	842
Total	818.941	49.072	(37)	(37.660)	39	(61.556)	480.209	1.249.008

Consolidado						
	Saldo líquido em					Saldo líquido em
	31/12/2018	Adições	Baixa	Amorti-zação	Combinação de negócio (ii)	31/12/2019
Ágio	344.613	-	-	-	127.554	472.167
Marcas e patentes	143.116	-	-	-	16.111	159.227
Licença	76.992	-	-	-	39.397	116.389
Carteira de clientes	5.340	-	-	(3.557)	9.936	11.719
Acordo não competição	1.481	-	-	(250)	-	1.231
Softwares	33.192	26.277	(152)	(13.075)	70	46.312
Desenv. conteúdo EAD	9.174	5.722	(119)	(5.749)	-	9.028
Credenciamento MEC	2.152	825	(387)	(844)	-	1.746
Cessão de uso	1.072	290	-	(240)	-	1.122
Total	617.132	33.114	(658)	(23.715)	193.068	818.941

- (i) A Companhia aportou capital em sua controlada A2S, em 01 de novembro de 2020, mediante a transferência de softwares, que somam o valor descrito nesta coluna.
- (ii) As adições identificadas nesta coluna são decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da Unicuritiba, Faseh, UniFG e Medroom em 2020 e da Faced, Ages e Vidam, em 2019.
- (iii) Valor do ágio em combinação de negócio referentes a Unicuritiba no valor de R\$ 107.552, Faseh no valor de R\$ 118.331, UniFG no valor de R\$ 85.686, ajuste da alocação final do ágio da Ages/Vidam no valor de R\$ 31.712 referente ajuste de inventário do imobilizado e bolsa do Predu e, ainda, Medroom no valor de R\$ 24.265, gerando um valor total líquido adicionado em R\$ 367.546 em 31 de dezembro de 2020.

15.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado						
31/12/2020						
	Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis		Total Geral
	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Licença	Ágio	
IEDUC	-	-	23.568	-	29.825	53.393
USJT	-	-	33.736	54.600	174.445	262.781
SOCIESC	-	-	20.456	3.787	45.104	69.347
FACEB	-	983	-	7.255	28.721	36.959
Politécnico	-	-	-	1.779	16.867	18.646
Cesuc e Catalana	926	-	-	6.430	21.291	28.647
Jangada	7	-	-	3.191	3.899	7.097
Ages e Vidam	7.010	-	16.390	37.611	157.395	218.406
FACED	188	-	-	1.736	2.679	4.603
Unicuritiba	-	-	17.417	23.858	107.552	148.827
Faseh	5.692	-	-	33.602	118.331	157.625
UniFG	3.984	-	-	22.030	85.686	111.700
Outras	-	-	2.712	-	-	2.712
	17.807	983	114.279	195.879	791.795	1.120.743
HSM	-	-	20.931	-	-	20.931
ACAD	440	-	-	-	-	440
Medroom	-	-	-	-	24.265	24.265
	440	-	20.931	-	24.265	45.636
Total	18.247	983	135.210	195.879	816.060	1.166.379

15.2 Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável. Adicionalmente, identificamos o segmento operacional ao qual cada uma dessas UGC's pertencem, conforme detalhado a seguir:

15.2.1 UGC's do segmento de ensino

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os intangíveis informados acima e os demais ativos que juntos compõem o *carrying amount* das UGC's foram submetidos ao teste do valor recuperável ("*impairment*").

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos com base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2021 aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada em 3,27%, além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida após o quinto ano, próxima a estimativa de crescimento adotado pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's foram:

Premissas	UGC's ensino
Taxa de desconto ao ano	13,8%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,25%
Crescimento médio da receita ao ano	2,49%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,53%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	1.259.421

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's de ensino a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

15.2.2 UGCs do segmento de outros negócios

Com relação à UGC que detém a marca HSM, cuja atividade operacional principal são eventos e cursos corporativos, destacamos que houve impactos significativos decorrentes dos efeitos da pandemia do Coronavírus ("Covid-19"). Como resultado, a Companhia identificou indicadores de *impairment* e realizou o teste em 31 de março de 2020, quando foi registrada uma perda por *impairment* de R\$ 61.556 (sendo R\$23.653 no ágio e R\$37.903 na marca). Tal perda foi registrada na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado, no segmento de "Outros negócios", conforme nota explicativa 28.

Com a provisão para perda por *impairment* efetuada em 31 de março de 2020, para a HSM restou apenas o ativo da marca em 31 de dezembro de 2020. Apesar de ser este um ativo amortizável, ainda identificamos a presença de potenciais indicadores de *impairment*, e por essa razão, também realizamos o teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2020.

O valor recuperável do ativo marca foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos *royalties* evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca, um "aluguel" pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM
Taxa de desconto ao ano	13,3%
Período de projeção (vida útil estimada)	30 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	5,80%
Taxa de <i>royalties</i> sobre receita líquida	8,90%
Valor contábil	20.931

Em Relação à UGC Medroom, também pertencente ao segmento de outros negócios, que foi adquirida em 19 de novembro de 2020 e, portanto, muito próximo ao encerramento do exercício de 2020, Por essa razão, o exercício de alocação do preço pago aos ativos e passivos adquiridos a valor justo ainda está em andamento. Dessa forma, a UGC será submetida ao teste ao valor recuperável dos ativos ao término do primeiro período anual após a data de aquisição.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento líquidos dos custos de captação e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias e cambiais, além de amortizações incorridas até as datas dos balanços).

Controladora						
31/12/2020			31/12/2019			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1º emissão (a)	46.181	68.954	115.135	40.357	114.912	155.269
Debêntures 2º emissão (b)	51.119	298.722	349.841	1.785	348.317	350.102
IFC (c)	26.198	63.226	89.424	27.519	88.507	116.026
Outros empréstimos	1.962	7.889	9.851	8.307	25.130	33.437
Moeda estrangeira						
IFC (c)	649	78.760	79.409	-	-	-
Itaú - Linha 4131	-	-	-	22.522	-	22.522
Total	126.109	517.551	643.660	100.490	576.866	677.356

Consolidado						
31/12/2020			31/12/2019			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1º emissão (a)	46.181	68.954	115.135	40.357	114.912	155.269
Debêntures 2º emissão (b)	51.119	298.722	349.841	1.785	348.317	350.102
IFC (c)	26.198	63.226	89.424	27.519	88.507	116.026
CEF	1.313	2.396	3.709	-	-	-
Outros empréstimos	4.147	9.112	13.259	11.252	35.295	46.547
Moeda estrangeira						
IFC (c)	649	78.760	79.409	-	-	-
Itaú - Linha 4131	-	-	-	22.522	-	22.522
Total	129.607	521.170	650.777	103.435	587.031	690.466

(a) Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 150.000 não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um *spread* equivalente a 1,00% a.a.. O vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses; o pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após esse período

será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorreu dia 29 de maio de 2020, já o pagamento dos juros ocorreu anualmente nos dois primeiros anos e, a partir de 29 de maio de 2020, trimestralmente.

Essa debênture possui cláusulas restritivas ("*covenants*") conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	$\leq 3,0$
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado Financeiro	$\geq 1,3$
Índice de liquidez corrente	$\geq 1,0$

As análises supracitadas têm periodicidade anual, porém fazemos o acompanhamento trimestralmente e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas atenderam a todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

- (b) Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples da Companhia ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 350.000 não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um *spread* equivalente a 1,35% a.a., pagos semestralmente. As debêntures terão prazo de vigência de cinco anos, vencendo em 11 de novembro de 2024. O saldo do valor nominal será amortizado semestralmente, sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de novembro de 2021.

Esta debênture possui cláusulas restritivas ("*covenants*") conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	$< 4,0$
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado Financeiro	$> 1,3$
Índice de liquidez corrente	$> 1,2$

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas atenderam a todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

O saldo apresentado das debêntures está líquido de seu custo de captação, que será apropriado no mesmo prazo.

- (c) Ambos os contratos de empréstimos e financiamentos com o IFC, moeda nacional e moeda estrangeira, possuem cláusulas restritivas ("*covenants*") conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente (i)	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado (ii)	< 3,5
EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida (iii)	> 1,3

(i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante (sem arrendamentos a pagar).

(ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (sem arrendamentos a pagar) menos saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.

(iii) EBITDA Ajustado = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações, amortizações, receita de multa e juros sobre mensalidades, gastos não recorrentes e exclusão dos efeitos do arrendamento financeiro (IFRS 16). Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas atenderam a todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

I) As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

	Garantias	Consolidado			
		Taxa média de juros (anual)	Inde-xador	Data de início	Data de término
Debêntures	Fiança da Brasil Educação	1% a 1,35%	CDI	29/05/2018	11/11/2024
Capital de giro moeda nacional	Avalistas	10,69%	-	23/08/2019	23/01/2023
Capital de giro moeda nacional	Alienação Fiduciária de Imóveis; Cessão Fiduciária de direitos creditórios de depósitos/aplicação financeira.	6,80%	CDI	23/08/2019	24/08/2023
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
IFC - Moeda estrangeira	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba - saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2%	Libor	10/07/2020	15/03/2028
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / Cessão fiduciária	7% a 21,84%	-	10/05/2015	15/01/2026
Outros empréstimos	Imóveis	2,54%	TJLP	29/10/2012	15/11/2020

II) Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020		31/12/2020	
	Valor presente	Valor Nominal	Valor presente	Valor Nominal
2022	172.737	193.779	175.153	196.420
2023	164.776	183.092	165.967	184.333
2024	129.189	143.872	129.201	143.884
Após 2024	50.849	82.077	50.849	82.077
Total	517.551	602.820	521.170	606.714

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019		31/12/2019	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2021	129.074	163.497	130.813	165.898
2022	179.073	204.615	180.813	206.894
2023	152.416	166.922	154.156	169.079
Após 2023	116.303	121.881	121.249	127.354
Total	576.866	656.915	587.031	669.225

III) As movimentações dos saldos no período para a controladora e consolidado são como segue:

	Controladora									
	31/12/2019	Captações/Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe- rência	31/12/2020
Moeda nacional										
Debêntures 1º	155.269	-	(34.617)	(11.036)	5.322	197	-	-	-	115.135
Debêntures 2º	350.102	(60)	(14.984)	(59)	14.390	452	-	-	-	349.841
IFC	116.026	-	(105.925)	(6.444)	4.709	-	-	-	81.058	89.424
Outros emprés.	33.437	-	(13.204)	(11.249)	867	-	-	-	-	9.851
Moeda estrangeira										
IFC	-	161.698	(348)	-	894	-	925	(2.702)	(81.058)	79.409
Itaú L. 4131	22.522	-	(23.764)	(439)	364	-	194	1.123	-	-
Total	677.356	161.638	(192.842)	(29.227)	26.546	649	1.119	(1.579)	-	643.660

Consolidado											
	31/12/2019	Combina- ção de negócio	Captações/Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe- rência	31/12/2020
Moeda nacional											
Debêntures 1º	155.269	-	-	(34.617)	(11.036)	5.322	197	-	-	-	115.135
Debêntures 2º	350.102	-	(60)	(14.984)	(59)	14.390	452	-	-	-	349.841
IFC	116.026	-	-	(105.925)	(6.444)	4.709	-	-	-	81.058	89.424
CEF	-	4.354	-	(767)	(35)	157	-	-	-	-	3.709
Outros emprês.	46.547	7.339	47	(30.577)	(11.528)	1.431	-	-	-	-	13.259
Moeda estrangeira											
IFC	-	-	161.698	(348)	-	894	-	925	(2.702)	(81.058)	79.409
Itaú L. 4131	22.522	-	-	(23.764)	(439)	364	-	194	1.123	-	-
Total	690.466	11.693	161.685	(210.982)	(29.541)	27.267	649	1.119	(1.579)	-	650.777

Controladora										
	31/12/2018	Captações/Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial		31/12/2019
Moeda nacional										
Debêntures 1º	155.563	-	(11.053)	-	10.563	196	-	-	-	155.269
Debêntures 2º	-	347.805	-	-	2.224	73	-	-	-	350.102
IFC	142.253	-	(25.285)	(10.569)	9.627	-	-	-	-	116.026
Santander	26.956	-	(3.958)	(3.303)	1.954	-	-	-	-	21.649
Outros emprês.	13.827	150.000	(152.842)	(2.005)	2.808	-	-	-	-	11.788
Moeda estrangeira										
Itaú L. 4131	49.802	-	(30.309)	(1.100)	1.248	-	961	1.920		22.522
Total	388.401	497.805	(223.447)	(16.977)	28.424	269	961	1.920		677.356

Consolidado											
	31/12/2018	Combina- ção de negócio	Captações/ Custos de debêntures	Amorti- zações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	Ajuste MTM	Variação cambial	Transfe- rência	31/12/2019
Moeda nacional											
Debêntures 1º	155.563	-	-	(11.052)	-	10.562	196	-	-	-	155.269
Debêntures 2º	-	-	347.805	-	-	2.224	73	-	-	-	350.102
IFC	142.252	-	-	(25.285)	(10.569)	9.628	-	-	-	-	116.026
Santander	26.956	-	-	(3.958)	(3.301)	1.952	-	-	-	-	21.649
Banco do Brasil	5.465	-	-	(5.456)	(53)	222	-	-	-	-	178
Bradesco	1.746	-	-	(1.221)	(566)	41	-	-	-	-	-
Outros emprês.	15.013	17.868	150.000	(158.665)	(2.791)	3.295	-	-	-	-	24.720
Moeda estrangeira											
IFC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaú L. 4131	49.802	-	-	(30.309)	(1.101)	1.249	-	961	1.920	-	22.522
Total	396.797	17.868	497.805	(235.946)	(18.381)	29.173	269	961	1.920	-	690.466

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários	3.470	3.144	20.586	20.894
Provisão de férias	9.396	7.073	45.228	34.815
INSS	1.830	1.375	10.652	10.873
FGTS	638	459	8.223	3.628
Outros (a)	6.006	4.617	12.695	5.359
Total	21.340	16.668	97.384	75.569

a) Composto principalmente por provisão para participação nos resultados.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRRF (a)	2.447	1.728	15.423	12.590
ISS	405	23	7.003	5.874
PIS e COFINS	736	203	1.700	1.181
IRPJ / CSLL (b)	-	-	791	-
Outros	24	153	399	949
Total	3.612	2.107	25.316	20.594

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

(b) Refere-se principalmente a IRPJ e CSLL devidos sobre o lucro das atividades da adquirida UniFG cuja POEB (proporção de ocupação efetiva de bolsas), não foi cumprida em 100% no período apresentado.

A POEB, instituída pela Instrução Normativa 1.394 de 2013, no caput de seu artigo 3º condiciona a isenção do PROUNI, trazida pela Lei 11.096/2005, à proporção de ocupação efetiva das bolsas devidas. Às IES que não cumprirem em 100% esta ocupação efetiva, recairá os tributos devidos no período sobre o percentual não cumprido. À saber, a fórmula de cálculo da POEB conforme disposto no §2º, inc. III 3º, da IN 1.394:

$$\text{POEB} = \frac{\text{Valor total das bolsas integrais ou parciais preenchidas (inciso I)}}{\text{Valor total das bolsas integrais ou parciais devidas (inciso II)}}$$

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de alunos (a)	21.838	10.995
Pedu (b)	13.103	-
Faturamento antecipado de clientes (c)	7.972	5.594
Projetos de pesquisa	556	391
Outros	206	-
Total	43.675	16.980
Passivo Circulante	36.690	16.980
Passivo Não Circulante	6.985	-

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravalor S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravalor S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se a bolsas do programa Pedu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Vidam, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos dessas bolsas são provenientes da conversão dos valores devidos à Prefeitura de Paripiranga de ISS e IPTU.
- (c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

20. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
FGTS (a)	2.657	2.591
RFB (b)	18.073	-
RFB PERT LEI 13.496 (b)	11.232	-
ISSQN (c)	7.178	-
PGFN (b)	5.217	-
PRT IV (b)	1.919	-
Outros parcelamentos (b)	3.752	-
Total	50.027	2.591
Passivo circulante	10.119	-
Passivo não circulante	39.908	2.591

- (a) FGTS: Referem-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IEDUC junto a Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte recolheu os valores remanescentes por meio de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.
- (b) Federais: Referem-se à parcelamentos da adquirida UniFG relativos em sua maior parte a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como Pis e Cofins sobre o faturamento. A Instituição tem linhas relevantes parceladas como o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como parcelamentos ordinários e simplificados.
- (c) Municipais: Referem-se à parcelamentos de ISSQN da adquirida UNIFG junto à Prefeitura de Guanambi relativos imposto devido sobre o faturamento dos anos de 2014 à 2020.

	Cronograma de pagamentos	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	279
2022	10.027	279
2023	8.297	279
2024	6.619	279
Após 2024	14.965	114
Total	39.908	1.230

21. TÍTULOS A PAGAR

		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Aquisição Faseh e Inovattus	Média INPC, IGPM e IPCA	103.358	-
Aquisição da Sociesc	INPC	33.336	32.962
Aquisição do UniFG	Média INPC, IGPM e IPCA	28.262	-
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	21.542	21.322
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	14.803	17.452
Aquisição do MedRom	INPC	11.637	-
Aquisição do Politécnico	TR	8.799	11.860
Aquisição da Ages e Vidam	-	8.475	48.475
Aquisição Manutença da Jangada	Média IGPM e IPCA	2.677	3.442
Aquisição Manutença da Faced	IPCA	1.788	2.541
Aquisição da ACAD	INPC	1.000	2.494
Total		235.677	140.548
Passivo circulante		46.309	65.331
Passivo não circulante		189.368	75.217

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	22.308
2022	75.520	13.851
2023	63.287	8.337
2024	6.794	3.896
Após 2024	43.767	26.825
Total	189.368	75.217

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante órgãos governamentais e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo matérias tributária, trabalhista e civil.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas controladas são garantidos por contrato pelos vendedores, que preveem o ressarcimento destes valores caso a Companhia e suas controladas desembolsem algum valor em relação a esses processos.

Julgamento e estimativas contábeis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões trabalhistas (a)	303	432	52.891	45.294
Provisões tributárias (b)	-	-	49.131	49.122
Provisões cíveis (c)	-	-	12.978	4.354
Total	303	432	115.000	98.770

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2019	Reversão	Pagamentos	Atualização	Compensação de depósitos judiciais	31/12/2020
Trabalhista (a)	432	(99)	(34)	5	(1)	303
Total	432	(99)	(34)	5	(1)	303

	31/12/2018	Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2019
Trabalhista (a)	805	(319)	(70)	16	432
Total	805	(319)	(70)	16	432

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2019	Combinação de Negócio	Adições	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais	Contingências vendedores	31/12/2020
Trabalhistas (a)	45.294	(31)	12.932	3.816	(3.166)	17	(4.925)	(1.047)	52.891
Tributárias (b)	49.122	-	9	-	-	-	-	-	49.131
Cíveis (c)	4.354	210	9.228	-	(1.249)	-	(196)	631	12.978
Total	98.770	179	22.169	3.816	(4.415)	17	(5.121)	(416)	115.000

	31/12/2018	Adições/ Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Compensação depósitos judiciais	Contingências vendedores	Reclassificação	31/12/2019
Trabalhistas (a)	41.965	2.122	6.115	(3.325)	57	(540)	(1.118)	9	45.285
Tributárias (b)	49.305	(459)	-	276	-	-	-	-	49.122
Cíveis (c)	6.586	1.489	-	(4.147)	-	(711)	1.155	(9)	4.363
Total	97.856	3.152	6.115	(7.196)	57	(1.251)	37	-	98.770

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, aos riscos de lides com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc, a Companhia assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanham tal demanda judicial, o risco de perda inerente à mesma é "possível", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão, respectivamente, complemento ou reversão de tal provisão.
- (c) As provisões cíveis referem-se, principalmente, a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual conforme determinação da Lei 11.096/2005 para as entidades que aderirem

ao programa ProUni e transformação da entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".

Processos classificados como possíveis:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	32.737	21.838
Tributários	164.620	181.628
Cíveis	28.138	30.629
Total	225.495	234.095

Existem alguns processos classificados como possíveis, existentes antes da aquisição das controladas "IEDUC", "USJT", "Faceb", "Politécnico", "Ages", "Vidam" e "Sociesc" que possuem as mesmas garantias mencionadas nas contingências provisionadas. Tais valores fazem parte do montante de R\$ 225.495 de contingências possíveis e estão avaliados em R\$ 31.058 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 5.857 referentes à processos trabalhistas e R\$ 25.201 à processos cíveis.

A maior parte das contingências possíveis de natureza tributária referem-se a processos oriundos de aquisições referentes a exercícios anteriores à aquisição pela Ânima.

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas (a)	55	76	28.227	29.204
Tributários (b)	-	-	21.413	23.755
Cíveis (c)	-	-	13.719	8.103
Total	55	76	63.359	61.062

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2019	Adições	Combina- ção de negócio	Resgate	Compen- sação contin- gência	Atualização/ reversão	Realo- cação	Encontro de contas	31/12/2020
Trabalhistas	29.204	5.947	65	(1.251)	(4.925)	(949)	361	(225)	28.227
Tributários	23.755	11	-	-	-	385	(2.738)	-	21.413
Cíveis	8.103	3.907	162	(130)	(196)	(305)	2.377	(199)	13.719
Total	61.062	9.865	227	(1.381)	(5.121)	(869)	0	(424)	63.359

	31/12/2018	Adições	Combi- nação de negócio	Resgate	Compen- sação contin- gência	Atualização/ reversão	Realo- cação	31/12/2019
Trabalhistas	23.268	8.795	-	(1.501)	(540)	784	(1.602)	29.204
Tributários	21.165	4	-	(5)	-	883	1.708	23.755
Cíveis	5.891	2.366	209	(527)	(711)	981	(106)	8.103
Total	50.324	11.165	209	(2.033)	(1.251)	2.648	-	61.062

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme atas dos dias 29 de janeiro, 29 de abril e 23 de novembro de 2020, a Companhia emitiu um total de 57.914.418 ações ordinárias, resultando em um aumento de R\$ 2.038.214 no seu capital social. Com relação à variação da quantidade de ações no período, além da emissão, também foram canceladas 3.500.000 ações.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, é composto por 134.622.935 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2020	31/12/2019
Total de ações em circulação	132.433.677	79.286.001
Ações em tesouraria	2.189.258	922.516
Total geral de ações	134.622.935	80.208.517

b) Gastos com emissão de ações

Os custos de transação da emissão de ações pelo *follow on* ocorridos em 2020 totalizaram R\$ 87.339. Foram contabilizados em conta redutora do capital social, conforme determina o CPC 08 (R1). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o saldo desta rubrica é de R\$ 115.978.

c) Reservas de capital

Em junho de 2020, mediante projeto denominado Dádiva 2, plano de outorga de ações da Ânima de natureza onerosa e adesão espontânea dos colaboradores, a Companhia outorgou ações existentes em sua tesouraria para colaboradores e professores, para que os mesmos pudessem se tornar sócios da Companhia.

O valor total de tais ações outorgadas foi de R\$ 5.806 reconhecidas como despesas com pessoal no resultado da Companhia e suas controladas em contrapartida reserva de capital.

Em 01 de julho de 2020, por meio da AGOE de 20 de abril de 2020, foram vendidas e transferidas aos funcionários 449.760 ações, correspondente ao valor total de R\$ 4.884. A diferença de R\$ 922 entre o total de ações outorgadas e o total de ações transferidas refere-se às ações que ainda não foram transferidas, mas que são de direito dos beneficiários do plano.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva de capital é de R\$ 35.236 (R\$ 34.314 em 31 de dezembro de 2019).

d) Ações em tesouraria

Em 06 de março de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração o programa de aquisição de ações de emissão da Companhia, destinadas a manutenção em tesouraria, cancelamento, recolocação ao mercado ou mesmo a destinação a plano de incentivo. Entre os meses de março a maio de 2020, foram adquiridas 5.217.200 ações, totalizando um valor de R\$ 100.487.

Em 01 de julho de 2020, por meio da AGOE de 20 de abril de 2020, foram vendidas e transferidas aos funcionários 449.760 ações, ao valor de custo de R\$ 10,87, totalizando um valor de R\$ 4.884.

Em 17 de setembro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento de 3.500.000 ações sem alteração do capital social e com a respectiva contabilização na forma da lei, pelo custo médio de R\$ 19,27 reais, totalizando um valor de R\$ 67.419.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ações em tesouraria é de 2.189.258 ações ordinárias no montante de R\$ 38.206 (922.516 ações ordinárias no montante de R\$ 10.022, em 31 de dezembro de 2019).

e) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital ultrapassam 30% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o saldo de reserva legal é de R\$ 18.791, o mesmo apresentado em 31 de dezembro de 2019.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto social da Companhia, estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação.

Em 17 de setembro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento de 3.500.000 ações no valor de R\$ 67.419 que foram abatidos da reserva de retenção de lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo que foi absorvido pela reserva de retenção de lucros, apresentando o saldo de R\$ 105.616 (R\$ 214.146, em 31 de dezembro de 2019).

f) Dividendos

Política contábil

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não registrou montantes de dividendo em função de apresentar prejuízo no exercício.

g) Ágio em transação de capital

Em dezembro de 2012, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

h) Lucro (prejuízo) por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro (prejuízo) básico por ação:

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(41.108)	(9.593)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	105.932	77.632
Prejuízo básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,39)</u>	<u>(0,12)</u>

(ii) Lucro (prejuízo) diluído por ação

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem apenas um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de até 900 mil ações da Companhia, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na Nota Explicativa nº 29.2.

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(41.108)	(9.593)
Quantidade média ponderada de ações	105.932	77.936
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	490	764
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação - milhares	106.422	78.700
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,39)	(0,12)

24. PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES

	Consolidado
	31/12/2020
Saldo inicial	-
Participações não controladores decorrentes da aquisição da Faseh	7.280
Participações não controladores decorrentes da aquisição da UniFG	6.921
Aumento de capital da controladora (diluição minoritários)	6.300
Resultado do exercício atribuível aos não controladores	457
Saldo final	20.958

25. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares.

As receitas relacionadas com a prestação de serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo, os adiantamentos recebidos são registrados no passivo e reconhecidos como receita no momento da prestação dos serviços.

Os valores das receitas podem ser estimados com segurança, e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Companhia e suas controladas.

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de produtos e serviços	7.460	2.493.146	1.961.354
Receita FIES	-	199.717	203.570
Descontos em mensalidades	-	(1.196.266)	(918.692)
Impostos sobre faturamento	(373)	(46.887)	(38.598)
Comissões (a)	-	(27.957)	(24.609)
Ajuste a valor presente	-	236	(1.526)
Receita líquida	7.087	1.421.989	1.181.499

- (a) Referem-se à comissão retida pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Gratuidade PROUNI	(248.499)	(226.171)
Bolsas e descontos concedidos	(849.571)	(625.438)
Pós-graduação	(4.345)	(6.695)
Convênios com empresas	(24.306)	(16.461)
Devoluções, abatimentos e outros	(69.545)	(43.927)
Total	<u>(1.196.266)</u>	<u>(918.692)</u>

26. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	(33.159)	(22.531)	(696.038)	(621.275)
Despesas com aluguel e ocupação	(1)	(2)	(29.449)	(36.828)
Despesas com serviços de terceiros	(11.126)	(6.430)	(94.700)	(91.198)
Propaganda e publicidade	(1.424)	(880)	(81.758)	(62.548)
Provisão para impairment (nota explicativa nº 12 e nº 15)	(692)	-	(61.556)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(85.528)	(47.435)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(1.628)	(1.655)	(50.643)	(42.604)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 12 e nº 15)	(15.958)	(10.526)	(37.660)	(23.715)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 14)	(384)	(500)	(61.522)	(56.774)
Manutenção	(140)	(59)	(20.696)	(22.522)
Deslocamentos	(1.020)	(1.021)	(9.945)	(18.924)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	94	303	(22.186)	(3.209)
Impostos e taxas	(424)	(128)	(11.742)	(8.149)
Outras receitas (despesas) líquidas	6.837	5.782	(36.802)	(23.885)
Total	<u>(59.025)</u>	<u>(37.647)</u>	<u>(1.300.225)</u>	<u>(1.059.066)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(51.416)	(40.832)	(683.538)	(671.584)
Despesas comerciais	(1.424)	(880)	(167.286)	(109.983)
Despesas gerais e administrativas	(11.910)	(3.952)	(338.271)	(281.898)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	5.725	8.017	(111.130)	4.399
Total	<u>(59.025)</u>	<u>(37.647)</u>	<u>(1.300.225)</u>	<u>(1.059.066)</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia organiza o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

- a) Ensino - Atividade atrelada às controladas Brasil, IEDUC, UNA GP, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, FACEB, Politécnico, Cesuc, Catalana, Ages, Vidam, Unicuritiba, Faseh e Unifg que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em níveis fundamental, médio e superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância.
- b) Outros Negócios - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil, Brasil, Sociesc e Medroom que são focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas por meio de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

A alocação de ativos e despesas por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

	31/12/2020			
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.355.656	66.333	-	1.421.989
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(664.763)	(18.775)	-	(683.538)
LUCRO BRUTO	690.893	47.558	-	738.451
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(152.674)	(11.567)	-	(164.241)
Gerais e administrativas	(150.020)	(35.652)	-	(185.672)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(3.585)	-	(3.585)
Corporativo	-	-	(165.223)	(165.223)
Outras despesas operacionais	(42.605)	(58.946)	-	(101.551)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	345.594	(62.192)	(165.223)	118.179
Resultado financeiro	(97.016)	(1.048)	-	(98.064)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(56.460)	(56.460)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	248.578	(63.240)	(221.683)	(36.345)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	3.123	(757)	(6.672)	(4.306)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	251.701	(63.997)	(228.355)	(40.651)
Participação dos acionistas não controladores	(457)	-	-	(457)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	251.244	(63.997)	(228.355)	(41.108)

	31/12/2019			
	Consolidado			
	Ensino	Outros Negócios	Parcela não alocada	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.111.375	70.124	-	1.181.499
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(639.363)	(32.221)	-	(671.584)
LUCRO BRUTO	472.012	37.903	-	509.915
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(95.722)	(12.403)	-	(108.125)
Gerais e administrativas	(121.787)	(26.338)	-	(148.125)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.463)	-	(2.463)
Corporativo	-	-	(129.991)	(129.991)
Outras (despesas) receitas operacionais	818	(2.059)	-	(1.241)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	255.321	(5.360)	(129.991)	119.970
Resultado financeiro	(90.698)	(231)	-	(90.929)
Resultado financeiro corporativo	-	-	(35.363)	(35.363)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	164.623	(5.591)	(165.354)	(6.322)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	1.486	(107)	(4.650)	(3.271)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	166.109	(5.698)	(170.004)	(9.593)

A parcela não alocada refere-se, majoritariamente, às atividades administrativas do grupo realizadas pela Companhia.

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Política contábil

As receitas e despesas são reconhecidas pelo método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com aplicações financeiras	13.983	2.162	17.877	8.261
Receita com juros de mensalidades	-	-	8.732	8.777
Variação cambial de empréstimos	1.579	-	1.579	-
Ganho com derivativos	3.233	1.341	3.233	1.513
Correção monetária	-	-	4.855	4.621
Desconto obtido	69	148	970	340
Desconto obtido com arrendamentos (Nota Explicativa nº 14)	29	-	6.366	-
Juros s/ tributos a compensar	36	1.713	747	2.026
Impostos e outras receitas	(386)	13	1.226	1.468
Total	18.543	5.377	45.585	27.006
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa financeira de arrendamento (Nota Explicativa nº 14)	(311)	(318)	(76.181)	(66.511)
Despesa de juros com empréstimos	(27.195)	(28.693)	(27.915)	(29.443)
Juros de financiamento Pravalor	-	-	(22.786)	(26.689)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(15.498)	(9.718)
Variação cambial de empréstimos	-	(1.920)	-	(1.920)
Despesa com derivativos	(5.715)	(1.319)	(5.715)	(1.319)
Despesa bancária	(11.622)	(172)	(12.629)	(1.340)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	(27.286)	(10.583)
Outros despesas	(408)	(1.573)	(12.099)	(5.775)
Total	(45.251)	(33.995)	(200.109)	(153.298)
Resultado financeiro	(26.708)	(28.618)	(154.524)	(126.292)

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações que foram contraídos entre a Companhia e suas partes relacionadas, oriundas principalmente de operações de empréstimos de mútuo e acordo para rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre a Companhia e as partes relacionadas.

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora											
	31/12/2020						31/12/2019					
	Ativo			Passivo		Resultado	Ativo			Passivo		Resultado
	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber (a)	Mútuos	Dividendos a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas
Brasil	16.730	-	28.177	463	-	-	54.907	-	28.177	611	-	-
IEDUC	2.784	-	20.170	216	-	-	2.235	-	18.352	2.527	-	-
PGP Educação	247	-	-	-	-	-	510	-	-	-	-	-
Unimonte	1.273	2.513	2.823	115	-	-	1.113	-	2.934	626	16.173	-
SOCIESC	3.922	-	-	102	-	-	11.566	-	-	89	-	-
Instituto Ânima	-	10.242	-	48	-	505	-	9.737	-	-	-	291
FACEB	1.081	-	-	-	-	-	834	-	-	5	-	-
Unisul	7.460	-	-	-	-	7.460	-	-	-	-	-	-
Politécnico	249	-	-	-	-	-	357	-	-	5	-	-
HSM Brasil	224	-	-	-	-	-	333	-	-	-	-	-
Santa Antonieta	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7	-
AGES	933	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIDAM	1.487	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOBEPE	1	-	4.824	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	352	59	-	70	-	-	241	14	-	70	-	-
Total	36.743	12.814	55.994	1.014	7	7.965	72.096	9.751	49.463	3.933	16.180	291

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativo		Passivo	Resultado	Ativo		Passivo	Resultado
	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Resultado	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Resultado
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (b)	-	-	81	1.194	-	263	9	4.841
Instituto Ânima (c)	10.843	48	-	505	9.797	-	-	291
Unisul	-	-	-	7.460	-	-	-	-
Compostella	-	-	1	-	-	-	-	-
Virtual Case	-	-	2	-	-	-	-	-
Total	10.843	48	84	9.159	9.797	263	9	5.132

- (a) Refere-se ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas, bem como aos saldos a receber com a Unisul.
- (b) A partir de 2019, refere-se, principalmente, ao valor da depreciação e AVP de aluguel do Campus Aimorés, utilizado pela Brasil. O Valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 1.194.

- (c) Refere-se, principalmente, a empréstimos concedidos para fomentar projetos que visam desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino. A quitação deverá ocorrer no prazo de 84 meses a partir de dezembro 2021, data da finalização do projeto.

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo	5.950	4.842	6.246	6.863

29.2 Remuneração baseada em ações

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia assinou, juntamente com o principal executivo da Sociesc, Instrumento de Transação, Distrato e Outras Avenças onde foi consensual a apuração de suas metas para a bonificação em ações, a qual o executivo fará jus a 548 mil ações da Companhia (ANIM3).

O valor justo das ações outorgadas foi determinado através do preço médio das ações no mês de janeiro de 2016, período em que foram compradas as ações para pagamento da bonificação, e que estão mantidas, em tesouraria, ao preço médio de R\$ 10,27 reais.

O valor justo complementar das 98 mil ações concedidas foi reconhecido na rubrica “despesas com pessoal”, e a contrapartida foi registrada na rubrica “reserva de capital” no patrimônio líquido no valor de R\$ 1.006, em 30 de setembro de 2019.

Em abril de 2020, a Companhia autorizou um plano de outorga de ações da ÂNIMA aos seus colaboradores e professores, mediante o qual foi realizado um pagamento de bonificação que poderia, a critério dos mesmos, ser convertido na aquisição de ações ao valor de R\$10,87 reais. Em 01 de julho de 2020, conforme aprovado na AGOE de 20 de abril de 2020, foram transferidas 449.760 ações em tesouraria para os colaboradores e professores que exerceram esse direito, resultando em um custo para a Companhia no montante de total R\$ 5.806. De natureza onerosa, adesão voluntária e espontânea, com objetivo de viabilizar a aquisição de um lote de ações. Em contrapartida, os elegíveis deverão manter inalienáveis 50% das ações adquiridas, durante o período de venda restrita, conforme programa específico fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros a valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir demonstramos tais valores da Companhia e suas controladas.

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2020:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	148.319	380.753	225.961	755.033
Títulos a pagar	38.220	156.571	40.886	235.677
Fornecedores	48.829	-	-	48.829
Arrendamentos a pagar	43.908	114.365	541.860	700.133
Derivativos	406	1.361	1.362	3.129
Em 31 de dezembro de 2019:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	138.176	372.791	296.433	807.400
Fornecedores	31.982	-	-	31.982
Títulos a pagar	65.331	36.159	39.058	140.548
Arrendamentos a pagar	24.688	78.713	451.832	555.233
Derivativos	(2.585)	-	-	(2.585)

- (b) Risco de crédito – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui provisão para perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

- (i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de

seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com o objetivo de mitigar os possíveis efeitos da pandemia a Companhia firmou uma parceria com a Mapfre Seguros bem como uma flexibilização na modalidade de financiamento dos alunos junto ao Pravalier (nota explicativa nº 34).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o contas a receber encerrou com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores como: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no período; o aumento dos valores a receber de FIES devido ao adiamento nos prazos de aditamento; e os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos, e acreditam que, juntas, tais medidas poderão devolver os valores vencidos aos patamares historicamente observados. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

- (ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.100	3.357	73.183	31.552
Aplicações financeiras	6	1.056.301	86.764	1.204.671	151.042
Contas a receber	7 e 29	36.743	72.096	378.978	213.346
Adiantamentos diversos	8	3.478	3.734	24.985	27.770
Créditos com partes relacionadas	29	12.814	9.751	10.843	9.797
Total		<u>1.127.436</u>	<u>175.702</u>	<u>1.692.660</u>	<u>433.507</u>

(c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido as variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

- (i) Risco de câmbio - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com

objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

Adicionalmente, a controlada HSM Brasil realiza operações de “compra” de moeda a termo (*NDF – Non Deliverable Forward*), em dólares, cujo objeto de proteção refere-se à contratação de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis, e essa operação de derivativo é contabilizada no balanço da controlada da Companhia pelo valor justo, e os ganhos ou as perdas relacionadas são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor (R\$ mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$ mil)	Taxa contratada	Taxa SWAP
10/07/2020	15/03/2028	15.000	79.409	5,3760	2.205	Libor +2% a.a.	CDI + 1,95% a.a.
Total		15.000	79.409		2.205		
Passivo Circulante					276		
Passivo Não Circulante					1.929		

- (ii) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras:			
Fundos de renda fixa	6	(1.204.671)	(151.042)
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	16	558.109	665.568
Derivativos		2.205	(2.391)
TJLP e TR	16	-	178
TFC	16	-	993
Arrendamentos a pagar	14	666.579	555.233

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Títulos a pagar:			
INPC	21	45.973	35.456
Média INPC/IGPM/IPCA	21	167.965	38.774
TR	21	8.799	11.860
Média IGPM/IPCA	21	2.677	3.442
IPCA	21	1.788	2.541
Total		<u>249.424</u>	<u>1.160.612</u>

30.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	643.660	677.356	650.777	690.466
Arrendamentos a pagar	14	2.421	2.589	666.579	555.233
Derivativos	30.1	2.205	(2.391)	2.205	(2.391)
Caixa e equivalentes de caixa	6	(18.100)	(3.357)	(73.183)	(31.552)
Aplicações financeiras	6	(1.056.301)	(86.764)	(1.204.671)	(151.042)
Dívida líquida		<u>(426.115)</u>	<u>587.433</u>	<u>41.707</u>	<u>1.060.714</u>
Patrimônio líquido	23	2.505.518	690.435	2.526.476	690.435
Índice de alavancagem financeira		<u>(17%)</u>	<u>85%</u>	<u>2%</u>	<u>154%</u>

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (Nota Explicativa nº 16.).

Trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2020, foi de 3,23% (4,95%, em 31 de dezembro de 2019).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	644.196	643.660	686.732	677.356
Arrendamentos a pagar	14	2.421	2.421	2.589	2.589
Derivativos		2.205	2.205	(2.391)	(2.391)
Total		<u>648.822</u>	<u>648.286</u>	<u>686.930</u>	<u>677.554</u>
		Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2019	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	651.286	650.777	699.914	690.466
Arrendamentos a pagar	14	666.579	666.579	555.233	555.233
Títulos a pagar	21	295.329	235.677	119.628	140.548
Derivativos		2.205	2.205	(2.391)	(2.391)
Total		<u>1.615.399</u>	<u>1.555.238</u>	<u>1.372.384</u>	<u>1.383.856</u>

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito	36.743	72.096	378.978	213.346
	<u>36.743</u>	<u>72.096</u>	<u>378.978</u>	<u>213.346</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AAA	341	12	7.611	4.412
Aplicações financeiras (i) AAA	467.826	85.547	626.887	126.836
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA+	-	7	-	6.947
Aplicações financeiras (i) AA+	-	-	-	3.224
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) AA	42	-	9.086	-
Aplicações financeiras (i) AA	293.102	-	295.372	-
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) A-	22	4	209	211
Aplicações financeiras (i) A-	313.036	4.513	338.439	40.738
	<u>1.074.369</u>	<u>90.083</u>	<u>1.277.604</u>	<u>182.368</u>

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

31. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 1,90%, INPC – 5,45%, IPCA – 4,52%, IGPM – 23,14%, TJLP – 4,87% e TR – 0%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora						
31/12/2020						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(1.073.964)	(20.405)	(15.304)	(10.203)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Baixa do CDI	554.401	10.534	7.900	5.267
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Baixa do CDI	79.409	205	153	102
Derivativos	CDI	Baixa do CDI	2.205	42	31	21
Exposição líquida - perda			<u>(437.949)</u>	<u>(9.624)</u>	<u>(7.220)</u>	<u>(4.813)</u>

Consolidado						
31/12/2020						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(1.260.698)	(23.953)	(17.965)	(11.977)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Baixa do CDI	558.109	10.604	7.953	5.302
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Baixa do CDI	79.409	205	153	102
Derivativos	CDI	Baixa do CDI	2.205	42	31	21
Títulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Baixa da média	167.965	18.534	13.901	9.267
Títulos a pagar	INPC	Baixa do INPC	45.973	2.504	1.878	1.252
Títulos a pagar	TR	Baixa da TR	8.799	-	-	-
Títulos a pagar	Média IGPM/IPCA	Baixa da média	2.677	370	278	185
Títulos a pagar	IPCA	Baixa do IPCA	1.788	81	61	40
Exposição líquida - perda			(393.773)	8.387	6.290	4.192

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "baixa dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos mais aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI, divulgada pela Cetip; do INPC, IPCA, IGPM, divulgados pelo IBGE; TJLP, divulgada pela IDG; e da TR, divulgada pelo BACEN, consideradas pela Administração como fontes externas independentes e confiáveis.

32. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

33.1 Transações que não afetam caixa

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

(a) Compensados valores de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos com

créditos tributários diferidos no valor de R\$ 4.552 sem efeito caixa;

- (b) Revertemos a provisão para risco no valor de R\$ 416 garantida pelos contratos dos vendedores que preveem o ressarcimento destes valores caso a Companhia e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos;
- (c) Compensamos o montante de R\$ 5.121 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa;
- (d) Em 29 de abril de 2020, foi aprovado na AGOE aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 20.000 mediante a emissão de 563.698 novas ações da Companhia, integralizadas através da incorporação de ações de sua subsidiária Vc Network. Operação proveniente da aquisição da Unicuritiba;
- (e) A Companhia integralizou capital no montante de R\$ 65 em sua subsidiária Brasil Educação com opção ao direito de compra da Faseh.
- (f) A Companhia integralizou capital no montante de R\$ 20.050 em sua subsidiária Insegnare com opção ao direito de compra da UNIFG.

33.2 Atividades de financiamento

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos a pagar	Derivativos	Ações em tesouraria
Saldo em 31/12/2019	(677.356)	(2.589)	2.391	10.022
Fluxo de Caixa	60.431	590	(3.233)	100.487
<u>Variação sem Caixa:</u>				
Variação cambial	1.579	-	(1.579)	-
Variação derivativos	-	-	(903)	-
Movimentação MTM	(1.119)	-	1.119	-
Juros	(27.195)	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	(311)	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	(67.419)
Realização plano de incentivo	-	-	-	(4.884)
Arrend. direito de uso imóveis	-	(111)	-	-
Saldo em 31/12/2020	(643.660)	(2.421)	(2.205)	38.206

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos a pagar	Derivativos	Títulos a pagar	Ações em tesouraria
Saldo em 31/12/2019	(690.466)	(555.233)	2.391	(140.548)	10.022
Fluxo de Caixa	67.144	102.628	(3.233)	89.871	100.487
Variação cambial	1.579	-	(1.579)	-	-
Variação derivativos	-	-	(903)	-	-
Movimentação MTM	(1.119)	-	1.119	-	-
Juros	(27.915)	-	-	(14.014)	-
Ajuste a valor presente	-	(76.181)	-	(12.930)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	(67.419)
Investimento	-	-	-	(166.930)	-
Intangível	-	-	-	7.399	-
Realização plano incentivo	-	-	-	-	(4.884)
Earnout	-	-	-	1.475	-
Arrend. direito de uso imóveis	-	(137.793)	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	(650.777)	(666.579)	(2.205)	(235.677)	38.206

34. OUTROS ASSUNTOS

Aquisição Laureate

Em 02 de novembro de 2020, a Companhia firmou contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. O *Transaction Agreement* prevê um preço, no fechamento de

R\$ 4.400.000, sendo R\$ 3.777.000 a serem pagos em dinheiro e R\$ 623.000 de dívidas dos ativos a serem assumidas pela Companhia, implicando em um múltiplo de 10,7x EV/EBITDA Ajustado 2020 ou 6,7x após as sinergias mapeadas, em 2026.

A proposta inclui ainda, R\$ 203.000 a título de earn-out por 135 vagas de medicina pendentes de aprovação. E, conforme fato relevante divulgado em 30 de outubro de 2020, a Companhia pagou o valor da multa referente ao processo do *Go Shop* à Ser Educacional, no valor de R\$ 180.000 em 04 de novembro de 2020 (este valor está classificado como "Direito a receber por aquisições – nota explicativa 11).

Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("*Equity Value*"). Dentre as condições para implementação da Transação e para a venda da FMU à Farallon, ressalta-se a condição suspensiva de aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da legislação aplicável.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada "Sociesc" exerceu o direito de compra e titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, sediada na cidade de Tubarão, em Santa Catarina

Em 18 de fevereiro de 2021, por meio de assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou o desdobramento de ação, na proporção de três para cada uma ação. Com esta operação, a Companhia passará das atuais 134.622.935 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentas e vinte e duas mil, novecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, para o total de 403.868.805 (quatrocentos e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinco) ações ordinárias. O capital social será mantido o mesmo, R\$ 2.569.625. As ações ordinárias resultantes do desdobramento conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações atualmente existentes incluindo dividendos e juros que vierem a ser declarados.

ANEXO 2 - ORÇAMENTO DE CAPITAL 2021

O presente Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da lei nº 6404, visa o planejamento das fontes e das aplicações de recursos financeiros para fazer frente às necessidades de capital da Sociedade ao longo do exercício de 2021, cujo valor proposto é de R\$ 105.616.000,00 (Cento e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil reais). Será submetido à aprovação da Assembleia Geral e tem a seguinte destinação e origem de recursos:

Aplicação de Capital Prevista:

Reserva para pagamento de partes dos Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	105.616.000,00
---	----------------

Fontes de Recursos Previstas:

- Os lucros retidos no montante de R\$ 105.616.000,00 (Cento e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil reais), sendo:

Absorção do prejuízo do exercício	(41.108.000,00)
Retenção de lucros de exercícios anteriores	214.146.000,00
Dividendos prescritos/complemento de anos anteriores	(3.000,00)
(-) Cancelamento de ações ordinárias	(67.419.000,00)
	<u>105.616.000,00</u>

Prazo: até 1 ano

Ânima Holding S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 09.288.252/0001-32

NIRE 35300350430

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A.** (“**Companhia**”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; ii) a Proposta de Não Distribuição de Dividendos, considerando que não houve apuração de lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e iii) a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2021. Com base nos exames efetuados, e considerando ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 16 de março de 2021, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos e propostas estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 16 de março de 2021.

Carla Alessandra Trematore
Presidente do Conselho Fiscal

Sandra Carusi Guida de Souza
Conselheira

Guillermo Oscar Braunbeck
Conselheiro